



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995







Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

*Ministro do Planejamento
e Orçamento*
José Serra

BNDES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Andrea Sandro Calabi

Conselheiros

Antonio Rocha Magalhães
Edmar Lisboa Bacha
João Paulo dos Reis Velloso
José Augusto Assumpção Brito
Persio Arida

DIRETORIA

Presidente
Luiz Carlos Mendonça de Barros

Vice-Presidente
José Pio Borges de Castro Filho

Diretores
Elena Landau
Helio Blak
José Mauro Carneiro da Cunha
Reginaldo Treiger

Superintendentes
Alan Adolfo Fischler
Cláudio de Almeida Neves
Eduardo Rath Fingerl
Fernando Marques dos Santos
Fernando Perrone
Isac Zagury
João Carlos do C. R. Cavalcanti
Jorge Kalache Filho
Julio M. A. Monteiro de Barros
Paulo Sérgio Ferracioli
Sérgio Besserman Vianna

Chefe do Gabinete da Presidência
Pedro Luiz C. da Motta Veiga

*Chefe da Secretaria Geral de
Apoio à Desestatização*
Mariane Sardenberg Sussekind

CONSELHO FISCAL

Titulares

Edmar da Costa Barros
Marco Aurélio P. de Brito
Rodolfo Peres Torelly

Suplentes

Geisa Holanda Marinho
Jonil Rodrigues Loureiro
Paulo Cesar Bezerra de Souza

FINAME

Diretor Executivo
Darlan José Dórea Santos

Diretores Adjuntos

Ivone Hiromi Takahashi Saraiva
José Eduardo de Carvalho Pereira

BNDESPAR

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Mendonça de Barros

Diretor-Superintendente
José Mauro Carneiro da Cunha

Diretores

Durval José Soledade Santos
Gabriel Stoliar



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1995

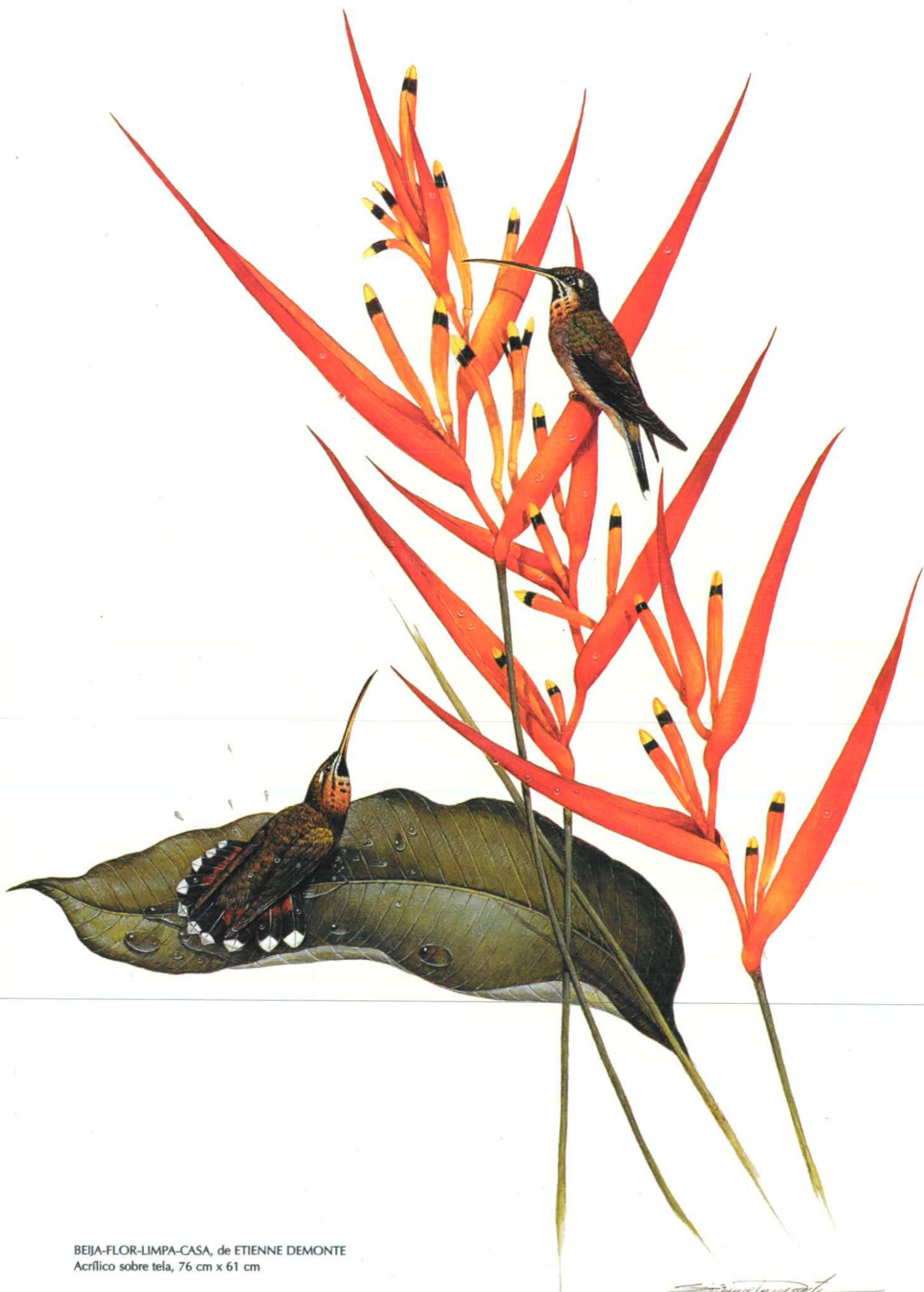


SUMÁRIO

Apresentação	3
A Economia Brasileira: Retrospecto e Desempenho	7
A Atuação do BNDES	14
O Processo de Privatização	23
Desempenho Econômico-Financeiro do BNDES	26
Demonstrações Contábeis	30

ANEXOS (DISQUETE)

- A - Consultas, Enquadramentos, Aprovações e Desembolsos do BNDES
- B - Principais Projetos Apoiados pelo BNDES
- C - Atuação da FINAME
- D - Atuação da BNDESPAR
- E - Atividades do BNDES nas Áreas de Planejamento, Administração, Relações Internacionais e Institucionais
- F - Empresas Desestatizadas



BEIJA-FLOR-LIMPA-CASA, de ETIENNE DEMONTE
Acrílico sobre tela, 76 cm x 61 cm

Etienne Demonte
-1984-

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Ao tomar posse na Presidência do BNDES, ao final de 1995, encontrei uma bem definida agenda estratégica para o triênio 1996/99. Com a colaboração de executivos e técnicos do Banco, essa agenda foi transformada em um plano de trabalho, para cujos objetivos temos mobilizado nossos recursos humanos e financeiros, particularmente em cinco diretrizes definidas como prioritárias:

1º) *Contribuir para a modernização e internacionalização bem-sucedida da economia brasileira, através do financiamento à reestruturação da indústria, ao comércio exterior e ao incremento da competitividade econômica.*

A reestruturação produtiva compreende não só a maior competitividade, mas também a desconcentração regional, a geração de empregos e o respeito aos aspectos ambientais. O custo social desta reestruturação deve ser minimizado, conferindo-se prioridade à melhoria das relações capital-trabalho. Por sua vez, os financiamentos às exportações e importações deverão ser ampliados, estimulando o setor produtivo a criar mais e melhores empregos.

2º) *Coordenar o financiamento e a regulação dos investimentos privados em infra-estrutura econômica, visando à sua modernização, adaptação e expansão para superar o principal gargalo do desenvolvimento da atividade produtiva no país.*

A formação de capital em infra-estrutura não será da responsabilidade exclusiva do Estado. Deve-se buscar a transferência para o setor privado dos investimentos, da manutenção e da operação dos serviços públicos, especialmente em setores com menor diferencial entre os retornos social e privado, como nos casos de energia, comunicações, portos, aeroportos e vias de transporte.

3º) *Gerenciar o Programa e o Fundo Nacional de Desestatização (PND e FND), além de secretariar o Conselho Nacional de Desestatização (CND), na implementação de decisões voltadas para o reordenamento do Estado e a regulação de parcerias com a iniciativa privada.*



PRAIA, de BALSINI C
Técnica mista, 37 cm (diâmetro) X 58 cm (altura)

É da maior importância ressaltar aqui que a atuação do Banco no processo de desestatização se estenderá ao apoio aos estados e municípios, tanto na elaboração de seus programas de privatização como na articulação de investimentos privados em áreas como saneamento, energia e transporte.

4º) *Desenhar e implantar um modelo de financiamento às pequenas e médias empresas, que deverão ser decididamente apoiadas.*

Os principais objetivos desta diretriz são a geração de empregos, a ampliação da disponibilidade de crédito para pequenas e médias empresas, a oferta de capital de risco para firmas dinâmicas e intensivas em tecnologia e o fomento à formação de redes verticais e horizontais de empresas.

5º) *Atuar na área social com maior ênfase, com prioridade para as questões do emprego e do desenvolvimento regional, além de outros projetos de impacto social.*

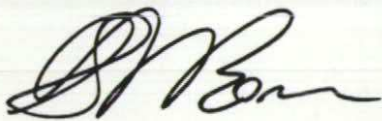
Deverão contar com tratamento diferenciado os projetos com melhores índices de geração de emprego e que promovam, de forma sistemática, o treinamento e a qualificação da mão-de-obra. Nos casos de reestruturação produtiva, o BNDES deverá atuar junto às empresas para que assumam maior responsabilidade social no processo.

As prioridades selecionadas não se constituem em matéria nova para o BNDES. A inovação pretendida é a forma de tratá-las. Para tanto, a estrutura, as rotinas e os procedimentos utilizados estão sendo revistos. Esta reestruturação pressupõe o diagnóstico dos principais processos do BNDES e de sua eficiência, à luz de suas operações tradicionais e das novas prioridades estratégicas. Pretende-se assim construir uma organização capaz de assegurar suporte adequado para que se alcancem os objetivos e as metas traçadas.

O ano de 1995 foi muito importante para o BNDES, cujos financiamentos totalizaram R\$ 7,1 bilhões, representando um crescimento de 39% em relação ao ano anterior, quando já haviam se elevado em 71%. O número de operações de quase todas as suas linhas de financiamento se elevou significativamente, valendo registrar as expansões de 110% e 25% dos Programas BNDES Automático e Finamex. Como resultado, o BNDES superou o patamar de 210 operações/dia, em todo o país, contando para tal com a imprescindível parceria de sua extensa rede de agentes financeiros.

O Programa Nacional de Desestatização, sob a gerência do BNDES, também teve um ano marcante, ao inaugurar uma nova etapa – a de suporte técnico às iniciativas de privatização dos governos estaduais – e dar início às vendas de empresas de serviços públicos com a privatização da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa). Vale também acrescentar a importância da inclusão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no Programa, que veio reforçar sua dimensão mundial.

Encerramos, portanto, o ano de 1995 com a forte convicção de ter realizado um trabalho inovador e construtivo. Esperamos para 1996 maior e melhor desempenho da empresa, com mais financiamentos, mais desenvolvimento e novas e melhores respostas aos desafios enfrentados pelo país, pelo BNDES e por seus clientes.



Luiz Carlos Mendonça de Barros
Presidente



POMBO COROADO, de ALVARO MARTINS
Gouache e aquarela, 59 cm x 45 cm

A ECONOMIA BRASILEIRA:
RETROSPECTO E DESEMPENHO
**A ECONOMIA BRASILEIRA:
RETROSPECTO E DESEMPENHO**
A ECONOMIA BRASILEIRA:
RETROSPECTO E DESEMPENHO

A economia brasileira apresentou um importante crescimento da renda pelo terceiro ano consecutivo, chegando ao final de 1995 com uma expansão de aproximadamente 4%, o que implicou um incremento acumulado do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 15% no conjunto dos últimos três anos. Ao longo do ano, o processo de estabilização iniciado em julho de 1994 foi se afirmando, como consequência da política implementada pelas autoridades econômicas, que mantiveram um rígido controle monetário, viabilizando a obtenção de uma taxa declinante de inflação.

Os traços dominantes da evolução da economia em 1995 podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- continuidade do crescimento observado em 1993/94, com destaque para o desempenho da agropecuária, que se expandiu 5,9%, enquanto o crescimento do setor de serviços foi um pouco inferior (5,7%) e a indústria teve uma expansão de apenas 2%;
- aprofundamento do esforço de estabilização, com redução das taxas de inflação: de julho de 1994 a junho de 1995, o índice combinado de preços correspondente à média aritmética do Índice Geral de Preços (IGP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe) foi de pouco mais de 30%. No período janeiro/dezembro de 1995, o mesmo indicador já havia se reduzido para apenas 20% (o IGP, em particular, com aumento inferior a 15%, apresentou o menor resultado desde 1957); e
- reversão do saldo comercial, que teve uma mudança expressiva em relação ao superávit elevado de 1994, encerrando o ano com um déficit da balança comercial um pouco superior a US\$ 3 bilhões.

NÍVEL DE ATIVIDADE

O comportamento da produção em 1995 foi positivamente influenciado pelo excepcional dinamismo industrial ocorrido no final do ano anterior. De fato, no último mês de 1994 o indicador dessazonalizado da produção atingiu um nível quase 13% superior ao índice médio daquele mesmo ano, projetando para 1995 a



BATUÍRA DA PRAIA, de RODRIGO DEMONTE
Acrílico sobre tela, 70 cm x 52 cm

expectativa de um verdadeiro *boom* da produção. Entretanto, face aos riscos que isso implicava para o processo de estabilização, pela pressão altista sobre os preços e pela deterioração da balança comercial, o governo tomou medidas de restrição creditícia que arrefeceram o ritmo de expansão da indústria. O nível de produção industrial, que já caíra moderadamente no primeiro trimestre de 1995, em relação ao último trimestre de 1994, teve uma queda sensível nos dois trimestres subseqüentes, só começando a se recuperar no final do ano. Essa dinâmica explica por que, tendo o ano se iniciado com um nível de produção tão elevado, o crescimento foi positivo em relação à produção anual de 1994, apesar da retração dos índices mensais observada ao longo do ano.

VENDAS DE ELETROELETRÔNICOS - 1994/95 (Mil Unidades)

PRODUTOS	1994	1995
Refrigeradores	2.500	3.125
Freezers	950	1.187
Lavadoras de Roupas	720	900
Condicionadores de Ar	420	525
Fornos de Microondas	510	637
Lava-Louças	150	187
Fogões	3.100	3.875
Portáteis	12.000	13.800
Televisores em Cores	5.100	7.140
Videocassetes	1.200	1.680
Áudio (Combinados de Mesa)	2.050	2.870
Áudio (Portáteis)	3.320	3.818
Auto-Rádios	600	640

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

No que diz respeito ao comportamento das vendas, observou-se uma evolução similar à da produção, com um início de 1995 promissor e uma queda dos indicadores durante o ano. De qualquer forma, em termos anuais, merece destaque o aumento de 40% nas vendas de eletroeletrônicos, bem como de eletrodomésticos, que também tiveram um crescimento expressivo (25%), tendo sido vendidos sete milhões de televisores coloridos, três milhões de refrigeradores e 900 mil lavadoras automáticas de roupa, dados que são significativamente maiores que os observados no ano anterior: respectivamente, cinco milhões, 2,5 milhões e 720 mil.

Naturalmente, a dinâmica observada na produção refletiu-se também, com alguma defasagem, no mercado de trabalho, na medida em que, na maior parte do ano, a taxa de desemprego aberto foi inferior à de 1994.

SETOR INDUSTRIAL

No primeiro trimestre de 1995, a indústria, conforme o indicador geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 13,8% em relação ao mesmo período de 1994. O ritmo de expansão, no entanto, foi arrefecendo durante o ano e, como resultado final, a indústria registrou níveis de operação superiores aos do início do Plano Real. O crescimento foi liderado pelo setor produtor de bens de consumo duráveis, com os setores de bens intermediários e de bens de capital crescendo abaixo da média da indústria, refletindo o uso mais intenso de insumos e equipamentos importados.

A expansão do setor de bens de capital, combinada com a maior aquisição de máquinas e equipamentos importados, explica o aumento da taxa de investimento, fator importante para aferir o potencial de expansão de médio prazo da economia brasileira: a formação bruta de capital fixo – medida a preços de 1980 – passou de 15% do PIB em 1994 para aproximadamente 16,5% do PIB em 1995.

No caso dos bens de capital, registrou-se um incremento similar da produção dos vários segmentos, enquanto que, com relação aos bens de consumo duráveis, houve uma clara liderança dos equipamentos de transporte, como reflexo do aumento da produção nacional de autoveículos. Em termos de gêneros industriais, os setores com maior crescimento foram farmacêutica, bebidas e material elétrico e de telecomunicações, espelhando tanto o aumento do poder aquisitivo da população, decorrente do plano de estabilização, como a expansão do crédito, principalmente nos primeiros meses do ano.

SETOR AGRÍCOLA

Em 1995, a safra agrícola brasileira foi recorde. Segundo o IBGE, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas atingiu cerca de 80 milhões de toneladas – a maior da história –, 6,3% acima do total de 1994. A produção da região Centro-Sul e de Rondônia – que participam com cerca de 90% do total produzido – teve um aumento de 7,2%. Em termos absolutos, a produção total de cereais, leguminosas e oleaginosas, segundo as regiões, distribuiu-se da seguinte forma: Sul com 40 milhões de toneladas, Centro-Oeste com 18 milhões de toneladas, Sudeste com 13 milhões de toneladas, Nordeste com sete milhões de toneladas e Norte com dois milhões de toneladas.

A safra recorde e os volumosos estoques do governo – que resultaram na queda dos preços dos produtos agrícolas – contribuíram significativamente para os baixos níveis inflacionários de 1995, configurando o que se chamou de “âncora verde”. Mesmo havendo certa recuperação dos preços devido à entressafra, os reajustes ficaram aquém dos padrões históricos para o período. Com a queda dos preços agrícolas, a renda do setor reduziu-se 26% em termos reais em 1995 em comparação com 1994. No mesmo período, a renda da lavoura de trigo caiu 11%, enquanto a da soja teve redução de 45%.

No que diz respeito à produção animal, o abate de suínos apresentou em 1995 a maior taxa de crescimento em relação a 1994 (14,3%), vindo a seguir aves (12,6%) e bovinos (11,2%). No mesmo período, as produções de carnes suína, avícola e bovina, em carcaça, cresceram 19%, 14,8% e 11,7%, respectivamente, enquanto a quantidade de leite entregue às indústrias, por sua vez, aumentou 11,4%.

SETOR EXTERNO

No setor externo, o fato mais relevante foi, sem dúvida, a reversão do saldo comercial em relação ao expressivo superávit do ano anterior, pois em 1995 houve um déficit de pouco mais US\$ 3 bilhões, fruto principalmente do aumento de 50% das importações. Por outro lado, embora o país tenha experimentado déficit em transações correntes, a significativa entrada de capitais permitiu um novo acúmulo de reservas, que fecharam o ano em US\$ 50 bilhões, no conceito de caixa.

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – 1994/95 (US\$ Milhões)

ITENS	1994	1995
Exportações	43.545	46.506
Importações	33.079	49.663
Saldo Comercial	10.466	-3.157
Fluxo de Comércio	76.624	96.169

Fontes: Ministério da Fazenda/Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT).

As exportações do país tiveram um crescimento de 6,8%, motivado fundamentalmente pelo incremento das exportações de bens semimanufaturados, que, devido ao bom comportamento dos preços de alguns produtos, cresceram 32,7%. Por outro lado, os produtos manufaturados ficaram praticamente estagnados, com um aumento de apenas 2,4% no total exportado, enquanto os produtos básicos tiveram uma diminuição de 0,8%. Em termos do destino das exportações, em linhas gerais manteve-se a distribuição regional das vendas do país, com algumas mudanças mais relevantes associadas ao aumento das exportações para a Ásia e à diminuição para a América do Norte.

No que tange às importações, houve um incremento generalizado de todas as principais categorias. Em termos percentuais, o maior aumento ocorreu com relação aos automóveis, cuja variação foi de 106,7%. Em valor, porém, o efeito mais relevante foi o aumento de US\$ 6,9 bilhões das importações de matérias-primas e produtos intermediários, que atingiram US\$ 22,5 bilhões no ano. Da mesma forma que em 1994, os investimentos em portfólio foram o principal fator de captação de empréstimos externos.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1994/95
(US\$ Milhões)

ITENS	1994	1995
Básicos	11.058	10.969
Semimanufaturados	6.893	9.146
Manufaturados	24.959	25.567
Operações Especiais	635	824
Total	43.545	46.506

Fontes: MICT/Secex.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS – 1994/95
(US\$ Milhões)

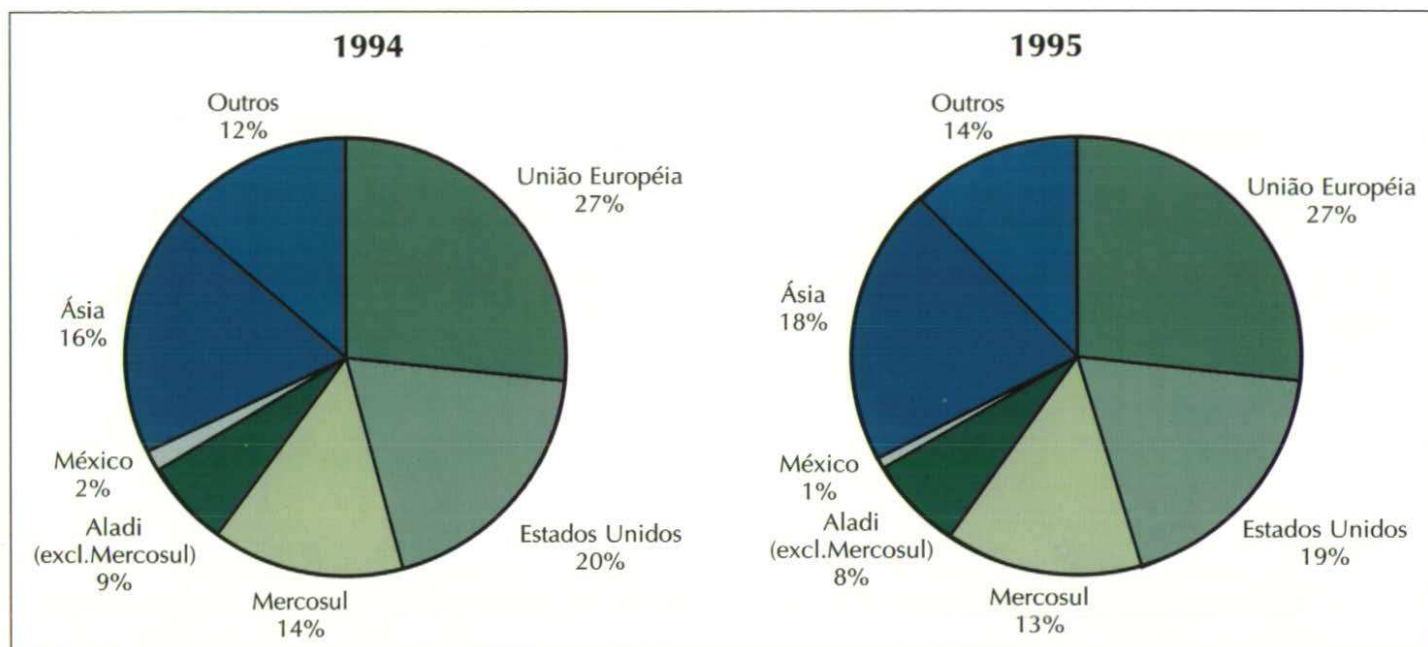
ITENS	1994	1995
Matérias-Primas e Produtos Intermediários	15.606	22.505
Combustíveis e Lubrificantes	4.356	5.183
Bens de Capital	7.988	12.040
Bens de Consumo	5.129	9.935
- Duráveis	2.719	5.138
Automóveis	1.469	3.037
Outros	1.250	2.101
- Não-Duráveis	2.410	4.797
Total	33.079	49.663

Fontes: Ministério da Fazenda/MICT.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: BLOCOS ECONÔMICOS
(%)

BLOCOS	1994	1995
União Européia	27,1	27,0
Estados Unidos	20,2	18,7
Mercosul	13,6	13,2
Aladi (exclusive Mercosul)	8,8	8,2
México	2,4	1,1
Ásia	16,2	17,6
Outros	11,7	14,2
Total	100,0	100,0

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS: BLOCOS ECONÔMICOS - 1994/1995



CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS – 1994/95 (US\$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995
Investimento	27.214	28.010
Portfólio	21.600	22.559
Direto	2.241	3.285
Fundos de Renda Fixa	1.434	211
Fundos de Privatização	1.939	1.955
Empréstimos em Moeda	8.756	15.883
Comunicado Firce nº 10	1.053	2.170
Resolução 63	201	817
Resolução 2.148	0	1.067
Commercial Paper	182	381
Bônus e Notes	5.961	9.650
Securitização	261	494
Renovações	1.098	1.304
Financiamentos	4.353	4.443
Registrados	630	1.074
Autorizados	3.723	3.369
Leasing e Aluguel	842	1.143
Pagamento Antecipado de Exportações	1.908	3.968
Total	43.073	53.447

Fonte: Banco Central (Bacen).



SURUCUÁS, de ANDRÉ DEMONTE
Acrílico sobre eucatex, 75 cm x 65 cm

A ATUAÇÃO DO BNDES

A ATUAÇÃO DO BNDES

A ATUAÇÃO DO BNDES

O BNDES, empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento e principal instrumento de execução da política de investimento de longo prazo do governo federal, tem participado ativamente, desde a sua criação, em 1952, de todas as fases do desenvolvimento nacional. Sua presença e atuação nos diversos setores da economia do país tem sido primordial para o financiamento dos investimentos de longo prazo, necessários à formação bruta de capital fixo. Em 1995, o BNDES desembolsou US\$ 7,67 bilhões para investimentos na economia brasileira, com um crescimento de 39% em comparação com os US\$ 5,51 bilhões do ano anterior.

A atuação do Banco tem como objetivo permanente a melhoria do padrão e da qualidade de vida da população, contribuindo para a promoção do aumento da competitividade e da capacidade produtiva da economia brasileira.

Operando uma ampla variedade de instrumentos financeiros – desde o financiamento à comercialização de máquinas até a subscrição de valores mobiliários –, o BNDES lida com uma demanda bastante diversificada, proveniente de todos os setores da economia. Em 1995 esta demanda atingiu um nível de aproximadamente 225 operações diárias.

A diversidade e complexidade de temas e operações requer do BNDES uma permanente sintonia com as necessidades do mercado. Estas características exigem do corpo técnico do Banco uma visão sistêmica e dinâmica das questões econômicas brasileiras e a identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de “estrangulamento” a serem superados, bem como dos setores, regiões e empreendimentos-chave para aplicação de recursos. O Banco atua, portanto, como agente de mudanças, contribuindo institucional e financeiramente para as transformações necessárias à promoção do desenvolvimento.

COSIPA COMEÇA A DESPOLUIR CUBATÃO COM APOIO DO BNDES

Com apoio financeiro do BNDES começou a ser resolvido um dos maiores problemas de poluição do país, o da cidade de Cubatão (SP). A Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) iniciou um amplo programa de controle ambiental, com um investimento global de R\$ 114,3 milhões.

O financiamento concedido pelo BNDES é de R\$ 94 milhões, com participação de R\$ 61 milhões do Banco e de R\$ 33 milhões da FINAME para a compra de máquinas e equipamentos.

Com a retomada dos investimentos, em decorrência da privatização, a Cosipa está pondo em execução uma política ambiental que envolverá todos os setores da empresa, incluindo gastos em controle, manutenção e melhorias operacionais, além de recuperação e reciclagem de resíduos, resultando em melhoria das condições ambientais na região de Cubatão e nas próprias condições de trabalho dos empregados.

O projeto deverá estar concluído em três anos, mas a empresa continuará executando um programa permanente, visando manter o cumprimento dos padrões legais de proteção à saúde do trabalhador e ao ecossistema.

Com o problema do "passivo ambiental" resolvido, a Cosipa vai poder desenvolver posteriormente um projeto de modernização e atualização tecnológica com o objetivo de aumentar sua competitividade e recuperar seu parque produtivo. A empresa está buscando racionalizar custos, melhorar a qualidade dos produtos e ampliar a capacidade instalada, projeto que já foi encaminhado ao BNDES com o pedido de financiamento para análise técnica.

No contexto atual, a ação do BNDES está concentrada nos seguintes aspectos:

- modernização e internacionalização bem-sucedida da economia brasileira, através do financiamento ao comércio exterior, da reestruturação da indústria e do incentivo ao incremento da competitividade empresarial;
- promoção de estratégias visando aumentar a geração de emprego e renda, atuando assim para a minimização do custo social da reestruturação produtiva;
- coordenação do financiamento e regulação dos investimentos privados em infra-estrutura econômica, visando sua modernização, adaptação e expansão e superando, assim, o principal obstáculo hoje existente ao desenvolvimento da atividade produtiva no Brasil; e
- gerenciamento do Programa Nacional de Desestatização (PND), mantendo seu papel de gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND) e secretariando o Conselho Nacional de Desestatização (CND) na implementação de decisões voltadas para o reordenamento do Estado e a regulação das parcerias com a iniciativa privada.

Além destas áreas, o BNDES vem contribuindo para a modernização do setor agropecuário, privilegiando a mecanização, incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos e o aumento da competitividade dos empreendimentos comerciais e de serviços.

BNDES FINANCIÁ 40 MIL PEQUENOS PRODUTORES RURAIS

Com a aprovação da concessão de crédito no valor total de R\$ 23,4 milhões, cerca de 40 mil pequenos e médios produtores rurais do Rio Grande do Sul estão recebendo financiamentos do BNDES para instalar redes de energia elétrica em suas propriedades.

O projeto, a ser desenvolvido em três anos, beneficiará cerca de 37% do total de propriedades rurais do estado, estimadas hoje em 104 mil. No primeiro ano, estão previstas cerca de 17.500 ligações e, nos anos seguintes, 10.800 ligações anuais. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) também participa do projeto, com o equivalente a 16,6% do total do investimento (R\$ 36 milhões).

Em 1986, o BNDES financiou, na cidade gaúcha de Palmares do Sul, um projeto-piloto de implantação de redes de distribuição de energia simplificadas, beneficiando 280 produtores rurais, a um custo extremamente reduzido para os padrões brasileiros. A partir de 1990, com base neste projeto-piloto, o BNDES apoiou uma experiência mais ampla para quatro mil famílias de produtores rurais de baixa renda, em 47 municípios do interior do estado.

A conclusão destes dois projetos trouxe grandes benefícios para a população rural, pois a energia elétrica ampliou a produção agrícola, modernizou os serviços de saúde e educação e propiciou mais conforto e lazer às famílias, reduzindo, assim, o êxodo rural: pesquisa realizada em 13 municípios incluídos no projeto mostrou que parte dos produtores que pretendiam migrar para as cidades decidiu ficar no campo após a chegada da energia elétrica.

Outro aspecto positivo do programa foi a substituição de fontes energéticas, uma vez que o uso continuado da lenha provoca deterioração ambiental, e os combustíveis derivados de petróleo são caros e de difícil transporte, principalmente em localidades mais distantes. Com a eletrificação, os produtores passaram a usar bomba d'água nas culturas irrigadas, como a de arroz.

O programa trienal que será desenvolvido agora em todo o estado é uma extensão daquele iniciado em 1990, agora com a possibilidade de transmissão em alta-tensão. Por se destinar a um consumidor de renda e consumo mais elevados que o anterior, o novo programa demanda sistemas de transmissão que possam atender à solicitação de cargas maiores.

O Banco julga também prioritários os aspectos ambientais dos empreendimentos, fator que atualmente é considerado indissociável da modernidade e da competitividade.

Para concretizar seus objetivos, o BNDES dispõe de recursos advindos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que recebe a arrecadação das contribuições das empresas para custear o seguro-desemprego. Pelas suas aplicações, o Banco recebe, pelo menos, 40% desses recursos, que, administrados de acordo com as boas práticas bancárias, são remunerados adequadamente, aumentando o patrimônio do trabalhador brasileiro. Concomitantemente, a ação financiadora do BNDES viabiliza o crescimento econômico do país e a geração de renda e de novas oportunidades de emprego.

O BNDES apóia firmemente a iniciativa privada por entender que somente através de seu fortalecimento pode ser ampliado e aprofundado o processo de desenvolvimento baseado na economia de mercado. Adotando este enfoque, várias empresas brasileiras de pequeno e médio portes, ou de expressão apenas regional, vêm se transformando, com o apoio do BNDES, em grandes grupos empresariais de expressão nacional, tornando-se por vezes importantes exportadores de manufaturados e de produtos agroindustriais.

Em sua estratégia de atuação, o BNDES também define como prioritário o suporte a projetos situados nas regiões menos desenvolvidas do país. Para tanto, mantém condições operacionais favorecidas (taxas de juros mais baixas, prazos de amortização mais longos e maiores participações), em seus programas de apoio, para os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e ainda o Espírito Santo e a área de Minas Gerais incluída no âmbito de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Além disso, o Banco desenvolve programas especiais de fomento a setores e atividades que têm inequívoco potencial de competitividade e de geração de emprego e renda, como são os casos dos Programas Nordeste Competitivo (PNC) e Amazônia Integrada (PAI).

Para atingir todas as regiões geoeconômicas do país e atender sobretudo às solicitações de financiamento das micro, pequenas e médias empresas de qualquer setor, o BNDES atua de forma simplificada, descentralizada e ágil, utilizando-se da parceria firmada com uma rede constituída por mais de 160 bancos repassadores dos recursos do Banco e da FINAME (a lista desses agentes financeiros encontra-se no Anexo E).

BNDES INICIA PROGRAMA NACIONAL DE FINANCIAMENTO AO TURISMO COM R\$ 1 BILHÃO

Com dotação de R\$ 1 bilhão, para aplicação em um período de três anos, o BNDES começou a operar uma nova linha de crédito, o Programa Nacional de Financiamento ao Turismo, que busca promover o aumento do dinamismo competitivo das empresas já existentes, o surgimento de novos empreendedores, a expansão da capacidade instalada, a modernização dos empreendimentos e a adoção de modernas técnicas de gerenciamento e organização da prestação dos serviços turísticos.

A implementação do programa decorre das recomendações do presidente Fernando Henrique Cardoso ao BNDES no sentido de que seja dada prioridade ao setor, por ser grande gerador e multiplicador de empregos.

Além dos segmentos que já vinham sendo apoiados, como hotéis e parques temáticos, bem como a recuperação de prédios históricos, o BNDES passa agora a financiar, em todo o país, empreendimentos como instalação de zoológicos, planetários, casas de espetáculos, infra-estrutura e equipamentos de lazer náutico e aeronáutico, terminais de turismo social e de lazer, teleféricos e funiculares, centros de compras e de convenções, parques de exposições e rodeios, sítios históricos, ambientais e arqueológicos, parques de estâncias climáticas, hidrominerais e termais, urbanização de áreas turísticas e escolas destinadas à qualificação da mão-de-obra para o setor (hotelaria, gastronomia etc.).

Paralelamente às atividades bancárias, o BNDES foi designado pelo governo federal, em agosto de 1990, gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND). Graças a uma atuação resoluta, firme e transparente, empresas estatais foram transferidas, através de leilões, em 1995, para o setor privado. Leilões, vendas de sobras de ações de empresas privatizadas nos últimos três anos e venda de participações minoritárias do governo em outras empresas renderam ao PND, desde 1991, US\$ 9,6 bilhões.

Em 1995, o BNDES inaugurou uma nova modalidade de apoio financeiro, inserida no âmbito do Programa do Governo Federal de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Nestas operações, o Banco compra ações de empresas estaduais que serão privatizadas, concedendo, assim, adiantamentos aos governos estaduais referentes à venda futura dessas mesmas ações. Com este apoio, o BNDES contribui para amenizar o problema das finanças dos estados e para promover a recuperação da capacidade de seus investimentos.

No Anexo A encontram-se registradas as principais informações sobre consultas, enquadramentos, aprovações e desembolsos do BNDES em 1995, enquanto o Anexo B relaciona os principais projetos aprovados no mesmo exercício.

BNDES AMPLIA FINANCIAMENTOS AOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

A diretoria do BNDES aprovou a ampliação do apoio aos setores de comércio e serviços, passando a financiar segmentos que antes estavam excluídos dos créditos concedidos (como shopping centers), e decidiu, ainda, que as empresas localizadas no Estado do Rio de Janeiro terão condições favorecidas, idênticas às aplicadas nos financiamentos aos empreendimentos localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com a nova orientação, o BNDES passa a financiar, no setor de comércio, os segmentos de veículos, embarcações de lazer, artigos importados, peças e acessórios para veículos, atacadista de automóveis e atacadista de bebidas e, no setor de serviços, os segmentos de higiene pessoal, diversões e locação de bens.

Quanto ao apoio a shopping centers, a diretoria do BNDES levou em consideração diversas justificativas, entre as quais a de que esses empreendimentos têm se destacado como importantes centros geradores de emprego, de lazer e turismo, sendo considerados, em muitos casos, pólos de desenvolvimento.



CLUSIA GRANDE FLORA, de MALENA BARRETTO
Aquarela sobre papel, 70 cm x 50 cm

APRESENTAÇÃO

O ano de 1995 caracterizou-se por mudanças substanciais relacionadas com o Programa Nacional de Privatização (PND). As decisões do Programa – antes tomadas por uma Comissão Diretora, composta por membros dos setores público e privado – foram transferidas para o Conselho Nacional de Desestatização (CND), integrado por ministros de Estado relacionados com o Programa, visando agilizar a implementação das decisões.

As emendas constitucionais aprovadas pelo Congresso em 1995 foram também de grande importância para o desenvolvimento do Programa: a abertura à iniciativa privada da exploração dos serviços de gás canalizado, a eliminação da diferença entre empresa brasileira e empresa brasileira de capital nacional, a autorização para que empresas constituídas sob a lei brasileira e que tenham sede e domicílio no país realizem pesquisa e lavra de minérios, a autorização para que a União contrate com empresas estatais ou privadas atividades ligadas à exploração de petróleo e a autorização para exploração dos serviços de telecomunicação pela iniciativa privada deverão proporcionar maior atratividade para as futuras desestatizações.

Devido à escassez de recursos do governo e ao final da privatização do setor produtivo, a desestatização de serviços públicos passou a ser prioritária e a merecer destaque entre os objetivos do PND. Esta nova fase apresenta maiores complexidades do que a anterior – de venda de empresas produtivas –, uma vez que, ao transferir para o setor privado a operação de serviços públicos, o governo deve passar a desempenhar suas reais funções de regular e fiscalizar essa atividade.

Nesse sentido, foi fundamental a aprovação da Lei 8.987, que definiu o novo regime de concessão e permissão de serviços públicos, aplicável aos setores de energia elétrica e de transportes, estes últimos envolvendo os sistemas rodoviário, ferroviário e portuário. Também foi aprovada a Lei 9.074, aplicada às concessões dos serviços e obras públicas, em especial os serviços de energia elétrica, viabilizando sua transferência ao setor privado.

Com relação ao setor de telecomunicações, foi enviado ao Congresso projeto de lei que regulamenta a exploração de serviços de telefonia celular e adicionados, bem como de serviços de satélites pela iniciativa privada, tendo sido ainda regulamentada a outorga de serviços de telecomunicações, radiodifusão e TV a cabo.

De particular interesse também foi a eliminação, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, do desconto de 25% que incidia sobre o valor de face de vários tipos de bônus da dívida externa, assegurando melhores condições para utilização desses títulos no Programa Nacional de Desestatização.

A desestatização da Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) representou um marco para o PND, inaugurando a fase de privatização de serviços públicos, enquanto a condição necessária para possibilitar a transferência das atividades operacionais da Light Serviços de Eletricidade S.A. para o setor privado, a cisão da empresa, foi aprovada pelo Congresso no final do exercício.

Fato relevante em 1995 foi também o desenvolvimento, no BNDES, de uma nova unidade com a finalidade de prestar serviços financeiros para a implementação de projetos de privatização de serviços públicos nos níveis federal, estadual e municipal, bem como na estruturação de projetos do setor privado. Após a fase de transferência de experiência em privatização, através de convênios de assistência técnica firmados com os estados, o Banco passou a apoiar de forma efetiva a reforma estrutural a nível estadual e municipal, ao mesmo tempo viabilizando financeiramente a manutenção da competitividade de empresas e grupos do setor privado.

A necessidade de atualizar as avaliações econômico-financeiras da Escelsa e das empresas do setor petroquímico – em função da suspensão dos processos de desestatização no segundo semestre de 1994 – e a ocorrência de dificuldades não previstas na implementação dos ajustes prévios, nos casos da Light e da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), condicionaram o desempenho do PND no exercício de 1995.

A desestatização da Escelsa, a primeira de 1995, ocorreu em julho. Além dela, foram transferidas para o setor privado as participações acionárias da Petroquisa na Petroquímica do Nordeste S.A. (Copene), Salgema Indústrias Químicas S.A., Companhia Petroquímica de Camaçari (CPC), Companhia Química do Recôncavo (CQR), Pronor Petroquímica S.A., Nitrocarbono S.A. e Companhia Brasileira de Poliuretano (CBP).

Com as vendas de 1995, a receita global do PND atingiu US\$ 9,6 bilhões, que, somados aos US\$ 3,9 bilhões das dívidas das empresas transferidas ao setor privado, produziram um resultado acumulado de US\$ 13,5 bilhões.

A siderurgia foi responsável por 57,9% das receitas realizadas até 1995, enquanto a petroquímica respondeu por 25,9%, cabendo aos setores de fertilizantes e elétrico, respectivamente, 4,4% e 4,2%, e ao item outros 3,5%.

Empresas nacionais não-financeiras responderam por 44,8%, em valor, das aquisições de ações até 1995, cabendo ao setor financeiro nacional 26,1%, às entidades de previdência privada 16,8% e ao capital estrangeiro apenas 4,9%.

Os meios de pagamento mais utilizados até 1995 foram moeda corrente (que representou 20,1% do total recebido), dívidas securitizadas da União (34,4%), debêntures da Siderbras (15,6%) e Certificados de Privatização (13,5%), enquanto os Títulos da Dívida Externa representaram apenas 0,7% dos recebimentos.

RESULTADOS OBTIDOS EM 1995

O PND teve prosseguimento em 1995 com a venda ao setor privado de uma empresa controlada pela União (Escelsa) e de sete participações minoritárias da Petroquisa (Copene, Salgema, CPC, CQR, Nitrocarbono, Pronor e CBP). No conjunto, a receita atingiu R\$ 949,3 milhões, sendo 32,3% desse montante obtidos em moeda corrente. A Tabela F.1 (Anexo F) apresenta os resultados das ofertas realizadas, tendo sido efetuados, para sua consecução, 10 leilões e duas ofertas aos empregados (Escelsa e Copene).

A venda da Escelsa deu início ao processo de transferência ao setor privado das empresas de serviços públicos, que deverá ter seguimento com a desestatização da Light, prevista para meados do primeiro semestre de 1996.

Em 1995 foram arrecadados 10,5%, em valor, dos recursos totais e 17% do total de moeda corrente de toda a vigência do PND. O resultado obtido no exercício foi formado pela venda de participações minoritárias da Petroquisa (61%) e pela venda de ações de empresas controladas pela União (39%).

As moedas de privatização mais utilizadas no decorrer de 1995 foram dívidas securitizadas da União (que representaram 51,7% do total recebido), moeda corrente (32,3%) e debêntures da Siderbras (14,5%). As modelagens de venda envolveram ofertas aos empregados nos processos da Escelsa e da Copene, integralmente realizadas.

O capital estrangeiro aplicou nas desestatizações efetuadas em 1995 cerca de R\$ 3,9 milhões, representando 0,4% das vendas no ano, enquanto as empresas nacionais não-financeiras foram responsáveis por 47,3% das vendas, cabendo às entidades de previdência privada 24%, ao setor financeiro nacional 24,4% e às pessoas físicas 3,8%.

Em consonância com a decisão de dar ênfase à desestatização de serviços públicos, foram incluídas no PND as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e suas subsidiárias Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). A participação dessas empresas na matriz energética do país e a capacidade de geração nelas instalada (26 mil MW) dão bem a dimensão do desafio que constitui a sua privatização.

Também a esse respeito deve ser mencionado que, no final do exercício, foram incluídos no PND seis aproveitamentos hidrelétricos, iniciando o processo de transferência, para a iniciativa privada, da capacidade de geração de energia elétrica a ser instalada, necessária ao processo de desenvolvimento do país.

A inclusão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no PND, ocorrida em 01.06.95, conferiu ao Programa uma dimensão mundial. O processo de desestatização de uma empresa inserida na economia global, com importante atuação nas áreas de mineração e metalurgia (ferro, alumínio, manganês, ouro, cobre), celulose, portos, ferrovias, além de participação no setor siderúrgico, vem despertando significativo interesse de consultores, bancos e investidores internacionais. O processo de licitação dos consultores encarregados de fazer a avaliação econômico-financeira e a alienação da empresa já foi concluído, o que possibilita o início da venda da empresa no quarto trimestre de 1996.

A Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloydbras) foi reincluída no PND pelo Decreto 1.639, de 18.09.95, e teve aprovada sua dissolução e extinção pelo Decreto 1.746, de 14.12.95. Foram excluídas do PND, no exercício, a Nuclebras Equipamentos Pesados (Nuclep) e as participações acionárias da Petroquisa na Alclor Química de Alagoas, Companhia Alagoas Industrial (Cinal), Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC) e Petrocoque Indústria e Comércio.

DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO
DO BNDES

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO BNDES

O BNDES administra recursos no valor de R\$ 51 bilhões, aplicados em seus programas de investimento pelo Banco ou através de suas empresas BNDESPAR e FINAME, ou ainda mediante repasse a bancos de investimento e de desenvolvimento.

Desse volume, R\$ 7,3 bilhões referem-se aos fundos administrados pelo Banco, destacando-se o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Fundo de Participação Social (FPS).

Os recursos ordinários do BNDES (R\$ 43,5 bilhões) são provenientes basicamente do PIS/Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e de empréstimos externos, além do patrimônio líquido do Banco (Tabelas 1 e 2).

Ao final do exercício de 1995 o valor do ativo do BNDES atingiu R\$ 43,5 bilhões, cuja maior parcela, englobando cerca de 64% do seu total, foi formada pelo saldo de empréstimos e financiamentos, que soma R\$ 28 bilhões.

Os investimentos em 1995 significaram 27% do total (assim como em 1994), atingindo R\$ 11,8 bilhões, o que representou, em sua quase totalidade, o controle integral da BNDESPAR e da FINAME.

A evolução anual do passivo do BNDES e os fundos administrados, de 1990 a 1995, são apresentados na Tabela 2.

As fontes institucionais PIS/Pasep e FAT representam cerca de 58% dos recursos.

O PIS/Pasep, maior fonte de recursos durante os últimos anos, foi substituído, a partir da Constituição de 1988, pelo FAT, e seus retornos têm sido reaplicados em projetos que se enquadram nas políticas de desenvolvimento do Banco, sem prejuízo das devoluções necessárias a custear os abonos e rendimentos pagos anualmente aos trabalhadores cotistas do Fundo.

O FAT, principal fonte de novos ingressos do BNDES, foi responsável por 31% dos recursos administrados em 1995.

A partir de 1995 estabeleceu-se a possibilidade de parcela dos recursos aplicados pelo BNDES ser remunerada conforme a variação do dólar norte-americano. Os recursos serão destinados a operações de financiamento à produção e comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional, inclusive a produção de navios, incentivando as exportações através da oferta de crédito com custos equivalentes aos ofertados no mercado internacional.

O valor disponível para ser aplicado com essas novas condições de crédito equivale à totalidade do FMM, no caso dos navios, e atinge até 20% do estoque de recursos do FAT junto ao BNDES, no caso das demais operações.

Os empréstimos contraídos no país incluem principalmente depósitos especiais do FAT no valor de, aproximadamente, R\$ 973 milhões, a serem destinados aos setores agrícola, automotivo e naval, além de recursos do FND e dívidas contraídas perante o Tesouro Nacional.

Ao longo da década de 80, os empréstimos externos foram uma importante fonte de recursos do BNDES, obtidos junto a instituições financeiras privadas ou organismos internacionais como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir de 1987, no entanto, entraves relacionados à negociação da dívida externa ocasionaram grande redução nos ingressos, fazendo com que seus saldos apresentassem uma tendência de redução devido às amortizações efetuadas sem as respectivas renovações das linhas de crédito, conforme se pode observar na Tabela 2.

O patrimônio líquido do Banco, da ordem de R\$ 13,9 bilhões, vem mantendo um perfil adequado em relação aos recursos totais do BNDES, e sua evolução positiva no período foi obtida graças a um bom desempenho econômico-financeiro. Por oportuno, observa-se que os aportes de capital por parte do governo ocorreram até 1984, e quase sempre com integralização através de cessão de ações de empresas estatais, como Eletrobras, Petrobras e outras.

TABELA 1ASPECTOS RELEVANTES DA ESTRUTURA PATRIMONIAL - POSIÇÃO EM 31.12.95
(R\$ Mil Constantes)

DISCRIMINAÇÃO	1994	1995	Valor	%
	Valor	%		
Ativo	40.417.967	100	43.486.161	100
Empréstimos e Financiamentos	24.868.499	62	28.031.682	64
Créditos perante o Tesouro Nacional	873.815	2	1.050.886	2
Investimentos	10.788.760	27	11.776.521	27
Outros Ativos	3.910.924	10	2.655.971	6
Passivo	40.417.967	100	43.486.161	100
Fundo de Participação PIS/Pasep	10.441.353	26	11.769.303	27
FAT	11.620.725	29	13.580.736	31
Empréstimos e Financiamentos no País	2.734.907	7	1.551.107	4
Empréstimos e Financiamentos no Exterior	1.456.973	4	1.354.948	3
Outros Exigíveis	1.465.126	4	1.365.949	3
Patrimônio Líquido	12.698.883	31	13.864.118	32

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1995, com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

TABELA 2

ESTRUTURA PATRIMONIAL DO PASSIVO - 1990/95
(R\$ Mil Constantes)

	1990		1991		1992	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BNDES	31.652.699	100	32.648.799	100	36.577.393	100
1. Recursos Institucionais	16.780.870	53	17.942.405	55	19.995.937	55
PIS/Pasep	13.538.763	43	12.548.342	38	12.446.908	34
FAT	3.242.107	10	5.394.063	17	7.549.029	21
2. Empréstimos no País	979.498	3	586.030	2	448.993	1
3. Empréstimos no Exterior	2.924.915	9	2.770.609	8	2.384.928	7
4. Outros Exigíveis	1.424.821	5	1.565.212	5	1.767.520	5
5. Patrimônio Líquido	9.542.594	30	9.784.543	30	11.980.015	33
Fundos Administrados	7.120.201	100	6.166.033	100	5.065.264	100
FMM	3.514.531	49	3.075.493	50	2.592.017	51
FND	3.141.841	44	2.298.861	37	1.567.880	31
FPS	463.829	7	791.680	13	905.368	18
	1993		1994		1995	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
BNDES	36.806.032	100	40.417.967	100	43.486.161	100
1. Recursos Institucionais	20,359,003	55	22,062,078	55	25,350,039	58
PIS/Pasep	11,222,924	30	10,441,353	26	11,769,303	27
FAT	9,136,080	25	11,620,725	29	13,580,736	21
2. Empréstimos no País	1,178,165	5	2,734,907	7	1,551,107	4
3. Empréstimos no Exterior	2,130,489	6	1,456,973	4	1,354,948	3
4. Outros Exigíveis	1,047,727	3	1,465,126	4	1,365,949	3
5. Patrimônio Líquido	11,550,647	31	12,698,883	31	13,864,118	32
Fundos Administrados	6,395,132	100	7,199,844	100	7,293,306	100
FMM	2,696,064	42	2,528,159	35	2,973,400	41
FND	2,242,655	35	2,274,463	38	3,094,688	43
FPS	1,456,412	23	1,929,222	27	1,225,218	17

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1995, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995 E DE 1994

Parecer dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Quadro 2 - Demonstração do Resultado do Semestre e do Exercício Findos
em 31 de Dezembro

Quadro 3 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 4 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos do Semestre
e do Exercício Findos em 31 de Dezembro

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro
de 1995 e de 1994

Quadro 5 - BNDESPAR: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Quadro 6 - BNDESPAR: Demonstração do Resultado do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro

Quadro 7 - FINAME: Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro

Quadro 8 - FINAME: Demonstração do Resultado do Semestre e do Exercício Findos em 31 de Dezembro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

1. Examinamos o balanço patrimonial, individual e consolidado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas controladas (BNDESPAR e FINAME), levantado em 31 de dezembro de 1995 e de 1994, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 1995, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos do BNDES e de suas subsidiárias integrais (BNDESPAR e FINAME), o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das entidades; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração das entidades, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de suas controladas (BNDESPAR e FINAME) em 31 de dezembro de 1995 e de 1994, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 1995, de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. Essas práticas diferem, em alguns aspectos, dos princípios fundamentais de contabilidade, especificamente no tocante à aplicação do princípio do denominador comum monetário nas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos.
4. Alguns bancos estatais e privados, como Banespa, Nacional e dos Estados de Alagoas, Mato Grosso e Rondônia, encontram-se sob administração especial temporária, os Bancos Econômico e Mercantil (de Pernambuco) sob intervenção do Banco Central do Brasil e os bancos Agrimisa, BIG, GNPP e Hercules em liquidação extrajudicial, estando a solução desses casos em andamento. Em 31 de dezembro de 1995 o montante dos créditos do BNDES e da FINAME com essas instituições era de, aproximadamente, R\$ 501.278 mil e R\$ 539.262 mil, respectivamente.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1996.

Luiz Claudio Fontes
Contador - CRC-RJ 32.470-3
Trevisan Auditores Independentes - CRC-SP 13.439 "S" RJ

QUADRO 1

BNDES: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

ATIVO	BNDES		CONSOLIDADO	
	1995	1994 (Reclassificado)	1995	1994 (Reclassificado)
Circulante e Realizável a Longo Prazo	31.572.428	25.701.664	31.023.061	25.469.737
Disponibilidades	43.019	9.761	43.024	9.761
Caixa	3	2	3	2
Depósitos Bancários	43.016	9.759	43.021	9.759
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	459.366	1.855.431	532.732	1.958.025
Fundo Banco do Brasil Extramercado (Resolução 2.108/94)	417.664	1.849.494	491.030	1.952.088
Aplicação no Mercado Aberto	41.702	5.937	41.702	5.937
Títulos e Valores Mobiliários	1.714.515	1.181.548	2.622.592	1.983.482
Debêntures	684.547	322.173	1.358.048	508.129
Dívidas Vencidas Regularizadas (DVRs)	94.994	184.063	94.994	184.063
Programa Nacional de Desestatização	377.220	661.577	607.524	846.063
Notas do Tesouro Nacional (Privatização)	557.754	12.361	559.053	12.365
Participação no Concap e no Contec				166.697
Ações Vinculadas à Recompra				2.852
Ações em Cobertura de Lançamento de Opções				260.680
Outros		1.374	2.973	2.633
Relações Interfinanceiras	4.320	2.786	4.320	2.786
Créditos Vinculados (Banco Central)		367		367
Créditos Vinculados (Banco do Brasil)	4.320	2.419	4.320	2.419
Operações de Crédito	28.031.682	21.667.408	26.413.641	20.511.945
Financiamentos e Repasses	28.110.416	21.769.693	26.530.493	20.653.988
Provisão para Risco de Crédito	(102.285)	(102.285)	(142.043)	(142.043)
Operações de Crédito em Atraso	29.439		31.489	
Provisão para Operações de Crédito em Atraso	(5.888)		(6.298)	
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	631.538	109.600	679.646	148.633
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(631.538)	(109.600)	(679.646)	(148.633)

(continua)

ATIVO	BNDES		CONSOLIDADO	
	1995	1994 (Reclassificado)	1995	1994 (Reclassificado)
Créditos perante o Tesouro Nacional	1.021.987	740.400	1.073.692	748.060
Decretos-Leis 1.452/76 e 1.679/79	852.114	677.770	852.114	677.770
Avais Honrados e Outros Créditos	67.210	54.893	67.210	54.893
Impostos e Contribuições - Antecipações	97.774		138.964	
Impostos e Contribuições a Recuperar	4.889	7.737	15.404	15.397
Outros Créditos	297.319	244.197	332.840	255.477
Operações da Carteira de Câmbio	186.669	162.481	186.669	162.481
Avais e Fianças Honrados	31.232	24.308	31.232	24.308
Provisão para Risco de Crédito	(121)	(121)	(121)	(121)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa - Avais Honrados	13	13	1.115	1.115
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(13)	(13)	(1.115)	(1.115)
Rendas a Receber	23.431	11.631	30.755	11.631
Diversos	56.108	45.898	84.305	57.178
Outros Valores e Bens	220	133	220	201
Outros Valores e Bens	180	113	180	113
Despesas Antecipadas	40	20	40	88
Permanente	11.913.733	9.513.674	13.025.864	10.151.447
Investimentos	11.776.521	9.400.023	12.888.652	10.037.796
Imobilizado de Uso	137.212	113.651	137.212	113.651
Custo Corrigido	235.714	189.393	235.714	189.393
Depreciações Acumuladas	(98.502)	(75.742)	(98.502)	(75.742)
Total do Ativo	43.486.161	35.215.338	44.048.925	35.621.184

(continua)

PASSIVO	BNDES		CONSOLIDADO	
	1995	1994 (Reclassificado)	1995	1994 (Reclassificado)
Circulante e Exigível a Longo Prazo	29.622.043	24.151.064	30.184.807	24.556.910
Depósitos	214.800	121.586	194.134	95.580
Depósitos a Prazo	3.909	10.358	3.909	10.358
Depósitos Vinculados	210.357	107.284	189.691	81.278
Diversos	534	3.944	534	3.944
Obrigações por Empréstimos	14.959.168	11.608.415	14.961.142	11.621.930
Empréstimos no País	14.795.791	11.365.396	14.797.765	11.378.911
Empréstimos no Exterior	163.377	243.019	163.377	243.019
Obrigações por Repasses	13.296.926	11.266.115	13.296.926	11.266.115
No País	12.105.355	10.239.704	12.105.355	10.239.704
No Exterior	1.191.571	1.026.411	1.191.571	1.026.411
Outras Obrigações	1.151.149	1.154.948	1.732.605	1.573.285
Operações da Carteira de Câmbio	186.255	161.943	186.255	161.943
Negociação no Mercado de Opções			3.722	
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	128.779	135.917	226.881	176.588
Imposto de Renda Diferido	435.596	500.699	435.596	500.699
Outros Impostos e Contribuições	3.314	6.008	5.599	8.359
Vinculadas ao Tesouro Nacional	235.972	203.428	235.972	203.428
Provisão para Contingências Trabalhistas	140.403	130.199	191.744	179.488
Provisão para Contingências Fiscais			411.213	311.841
Diversos	20.830	16.754	35.623	30.939
Patrimônio Líquido	13.864.118	11.064.274	13.864.118	11.064.274
Capital	6.089.647	432.407	6.089.647	432.407
Correção Monetária do Capital Realizado	1.367.853	3.914.384	1.367.853	3.914.384
Reservas de Capital	4.803.003	5.056.357	4.803.003	5.056.357
Reservas de Reavaliação	132.029	160.557	132.029	160.557
Reservas de Lucros	206.481	180.638	206.481	180.638
Lucros Acumulados	1.265.105	1.319.931	1.265.105	1.319.931
Total do Passivo	43.486.161	35.215.338	44.048.925	35.621.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 2

BNDES: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE
E DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

	BNDES		CONSOLIDADO	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira	1.270.056	3.149.991	2.118.756	5.074.475
Operações de Crédito - Financiamentos e Repasses - Moeda Nacional e Estrangeira	1.071.198	2.744.328	1.783.826	4.362.392
Rendas de Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	107.946	231.560	240.861	532.345
Rendas de Operações Vinculadas ao Tesouro Nacional	11.727	20.995	14.993	26.191
Rendas com Administração de Fundos e Programas	79.593	153.318	79.484	153.757
Créditos Vinculados ao Banco Central	(408)	(210)	(408)	(210)
Despesas da Intermediação Financeira	(1.769.125)	(4.168.783)	(1.472.473)	(3.677.343)
Captação no Mercado - Financiamentos e Repasses - Moeda Nacional e Estrangeira	(1.689.193)	(3.559.741)	(1.385.050)	(3.035.522)
Despesas com Operações Vinculadas ao Tesouro Nacional	14.996	(32.544)	14.996	(32.544)
Despesas de Títulos e Valores Mobiliários	(10.098)	(48.672)	(8.931)	(71.965)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(84.830)	(527.826)	(93.488)	(537.312)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	(499.069)	(1.018.792)	646.283	1.397.132
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(115.770)	(58.704)	(244.348)	(325.848)
Resultado com Equivalência Patrimonial	32.976	249.447	65.826	83.193
Resultado da Carteira de Câmbio	(837)	391	(837)	391
Outras Receitas Operacionais	6.771	19.077	9.900	105.157
Resultado de Alienações			21.547	79.912
Provisão para Perdas			(122.302)	(140.734)
Despesas com Depósitos	(844)	(2.239)	(844)	(2.239)
Provisão para Contingências Trabalhistas	3.899	(10.204)	7.186	(12.451)
Despesas Tributárias	(1.999)	(7.011)	(20.883)	(37.588)
Correção Monetária de Tributos	(57.508)	(120.910)	(75.973)	(162.391)
Despesas com Pessoal	(83.180)	(153.780)	(112.264)	(204.428)
Outras Despesas Administrativas	(15.048)	(33.475)	(15.704)	(34.670)
Resultado Operacional	(614.839)	(1.077.496)	401.935	1.071.284
Resultado Não-Operacional	3.000	8.007	(18.440)	(39.134)
Resultado de Correção Monetária	638.654	1.353.381	(316.899)	(650.155)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	26.815	283.892	66.596	381.995
Imposto de Renda	(14.184)	(127.625)	(36.231)	(181.504)
Contribuição Social	(16.999)	(128.779)	(34.733)	(173.003)
Reversão de Provisão para Imposto de Renda Diferido	313.630	313.630	313.630	313.630
Lucro Líquido do Período	309.262	341.118	309.262	341.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 3

BNDES: DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em R\$ Milhares)

	CAPITAL REALIZADO E ATUALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	
	Capital Realizado	Correção Monetária do Capital Realizado	Especial de Controlada (Lei 8.200/91)	Outras
Em 30 de Junho de 1995	6.089.647	717.223	1.478.291	2.903.967
Reserva Especial de Controlada				
. Constituição			1.869	
Reserva de Reavaliação de Controlada				
. Realização				
Reserva de Lucros a Realizar				
. Realização				
Correção Monetária		650.630	141.301	277.575
Lucro Líquido do Semestre				
Em 31 de Dezembro de 1995	6.089.647	1.367.853	1.621.461	3.181.542
Mutações do Semestre		650.630	143.170	277.575
Em 31 de Dezembro de 1994	432.407	3.914.384	1.322.553	3.733.804
Dividendos Declarados				
. Exercício de 1994				
Aumento de Capital				
. Capitalização da Correção Monetária	5.321.711	(5.321.711)		
. Capitalização de Reservas e Lucros Acumulados Valorizados para 28.02.94	335.529			(222.283)
Reserva Especial de Controlada			1.841	28
. Realização			(28)	28
. Constituição			1.869	
Reserva de Reavaliação de Controlada				
. Constituição				
. Realização				
Reservas de Incentivos Fiscais				18.562
. Aplicação Finor				12.748
. Aplicação Finor - Reflexa FINAME				5.814
Reserva de Lucros a Realizar				
. Realização				
Correção Monetária		2.775.180	297.067	(348.569)
Lucro Líquido do Exercício				
Em 31 de Dezembro de 1995	6.089.647	1.367.853	1.621.461	3.181.542
Mutações do Exercício	5.657.240	(2.546.531)	298.908	(552.262)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RESERVAS DE LUCROS

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO EM CONTROLADA	Legal	Lucros a Realizar	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
123.136	67.453	134.459	859.158	12.373.334
				1.869
(3.299)			3.299	
12.192	6.447	(14.731) 12.852	14.731 78.655 309.262	1.179.652 309.262
132.029	73.900	132.580	1.265.105	13.864.117
8.893	6.447	(1.879)	405.947	1.490.783
160.557	60.346	120.292	1.319.931 (44.019)	11.064.274 (44.019)
			(113.246)	1.869
(59.630)				1.869
255			59.885	255
(59.885)			59.885	255
				18.562
				12.748
				5.814
31.102	13.554	(14.731) 27.020	14.731 (313.295) 341.118	2.482.059 341.118
132.029	73.900	132.581	1.265.105	13.864.118
(28.528)	13.554	12.289	(54.826)	2.799.844

QUADRO 4

BNDES: DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

	BNDES		CONSOLIDADO	
	Semestre	Exercício	Semestre	Exercício
ORIGENS DE RECURSOS	2.577.789	4.762.839	3.403.622	6.674.615
Das Operações				
Lucro Líquido do Período	309.262	341.118	309.262	341.118
Despesas (Receitas) que não Afetam as Disponibilidades	(702.895)	(998.903)	387.309	1.438.828
. Correção Monetária de Balanço	(638.654)	(1.353.381)	316.899	650.155
. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	84.830	527.826	93.488	537.312
. Provisão para Contingências Trabalhistas	(3.899)	10.204	(7.186)	12.451
. Provisão para Contingências Fiscais			39.828	88.426
. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(32.976)	(249.447)	(65.826)	(83.193)
. Depreciação	2.766	7.181	2.766	7.181
. Provisão para Perdas			122.302	140.733
. Imposto de Renda Diferido e Contribuição Social (Antecipados)	(114.962)	40.151	(114.962)	67.200
. Aplicações em Incentivos Fiscais		18.563		18.563
De Terceiros	2.971.422	5.420.624	2.707.051	4.894.669
Aumento Líquido nos Recursos Repassados para Aplicação	1.140.371	2.030.811	1.140.371	1.753.214
Aumento Líquido nas Obrigações por Empréstimos	1.871.726	3.350.753	1.584.716	3.051.982
Aumento Líquido nas Demais Contas do Passivo	(40.675)	39.060	(18.036)	89.473
APLICAÇÕES DE RECURSOS	2.543.132	4.729.581	3.368.962	6.641.352
Aumento Líquido em Créditos por Financiamento	2.362.242	5.205.789	3.032.283	6.418.350
Aumento Líquido em Créditos perante o Tesouro Nacional	145.586	281.587	167.608	325.632
Aumento (Diminuição) Líquido(a) em Aplicações Interfinanceiras	(500.833)	(1.396.065)	(606.737)	(1.425.293)
Aumento Líquido nas Demais Contas do Ativo	531.128	582.516	629.668	698.641
Aumento Líquido do Ativo Permanente	5.009	11.735	146.140	580.003
Dividendos Declarados		44.019		44.019
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	34.657	33.258	34.660	33.263
Modificação na Posição Financeira				
Início do Período	8.362	9.761	8.364	9.761
Fim do Período	43.019	43.019	43.024	43.024
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	34.657	33.258	34.660	33.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Histórico

O BNDES foi criado em 20 de junho de 1952, pela Lei 1.628, como autarquia federal. Posteriormente, com a Lei 5.662 e o Decreto 68.786, ambos de 21 de junho de 1971, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio e sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

1.2. Objetivos e Atuação

A atribuição básica do Banco é apoiar empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da economia brasileira, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A ação financiadora do BNDES objetiva alocar os recursos à sua disposição de forma a garantir o maior e melhor impacto possível sobre o desenvolvimento nacional, promovendo o crescimento da produção de bens e serviços, modernização e capacitação tecnológicas, geração de empregos e ampliação da gama de produtos competitivos no mercado externo.

Essa característica sempre exigiu do BNDES uma visão dinâmica das questões econômicas brasileiras e a identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de estrangulamento a serem superados, bem como de setores-chave para aplicação de recursos.

O BNDES atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de setores ou atividades: a) no que se refere aos empreendimentos industriais, apóia praticamente todos os seus segmentos; b) na infra-estrutura, apóia, entre outros, os sistemas de transporte e armazenagem, telecomunicação, geração, transmissão e conservação de energia, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social de complexos e grandes projetos industriais; c) desenvolvimento agrícola, apoiando, entre outros, a empresa rural e a mecanização agrícola; d) construção naval; e) comércio e serviços; f) comercialização de máquinas e equipamentos; g) conservação do meio ambiente; h) capacitação tecnológica; e i) fortalecimento do mercado de capitais.

Atento à necessidade de promover a redução dos desequilíbrios regionais, o BNDES oferece condições mais favorecidas para pequenas e médias empresas localizadas nas regiões menos desenvolvidas do país. O atendimento a essas empresas se dá através de ampla rede de agentes financeiros locais, via repasses de recursos do BNDES.

O BNDES pode conceder apoio financeiro a:

- a) empresas privadas nacionais ou estrangeiras, sediadas no país ou que venham a ser implantadas no país;
- b) entidades do setor público ou por essas controladas, direta ou indiretamente;

c) pessoas físicas domiciliadas e residentes no país, exclusivamente sob a forma de financiamento a:

- acionista, nos casos de subscrição de capital;

- operações do setor agropecuário;

- transporte rodoviário de carga; e

d) empresa binacional, conforme estabelecido pelo Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentino.

A partir de janeiro de 1984, passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante (FMM), com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante nacional.

Em 3 de outubro de 1988, com o Decreto 96.905, o BNDES assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal.

Foi designado gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FNDe), pelo Decreto 99.464, de 16 de agosto de 1990, desempenhando as atribuições definidas na Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND).

Consoante o artigo 31 da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, compete ao BNDES gerir o Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal (FAD).

Os valores pertinentes ao FMM, ao FND, ao FNDe e ao FAD estão registrados em contas compensatórias.

Em 31 de dezembro de 1995, as aplicações do FMM importaram em R\$ 2.652 milhões, sendo R\$ 1.067 milhões com risco BNDES. O ativo do FND totalizava, nessa data, R\$ 3.095 milhões, e seu patrimônio líquido montava a R\$ 1.400 milhões, dividido em 2.921 milhões de cotas, no valor unitário de R\$ 0,4792.

Os títulos depositados no FNDe, no valor de R\$ 1,00 por lote de mil ações ou quotas de capital, constituíam o valor de R\$ 13.876 milhões. A carteira de ações depositadas no FAD atingiu, em 31 de dezembro de 1995, R\$ 339 milhões, considerando seu valor de mercado.

1.3. Meios Operacionais

O BNDES é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento e opera das seguintes maneiras:

- diretamente, através da alocação de recursos ou prestação de garantias a empreendimentos ou operações de maior porte;

- indiretamente, através de repasses de recursos para uma ampla rede de agentes credenciados, formada pelos bancos comerciais (privados e públicos), bancos múltiplos e de investimento e bancos federais, regionais e

estaduais de desenvolvimento; essa rede, que atinge todas as regiões do país, financia, principalmente, iniciativas de alcance local ou regional, geralmente vinculadas a empreendimentos de micro, pequenas e médias empresas; e

- mista, através da participação conjunta do BNDES com seus agentes financeiros, visando não só minimizar riscos, mas sobretudo diversificar as fontes de recursos para os projetos apoiados.

1.4. Fontes de Recursos

Além dos recursos próprios, o BNDES opera com as seguintes fontes:

a) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Na proporção de, no mínimo, 40% de sua arrecadação.

b) Fundo de Participação PIS-Pasep

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, não há mais arrecadação e entrada de recursos novos para o Fundo. Em consequência, o Banco tem operado com o retorno e rendimentos resultantes de: a) aplicação em investimentos; b) carteira de ações do Fundo de Participação Social (FPS); e c) outros valores mobiliários negociados em bolsa de valores.

c) Captação de Recursos no Mercado Externo

Representada pela contratação de linhas de crédito em organismos financeiros internacionais, bem como lançamento de títulos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do BNDES foram elaboradas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Banco Central do Brasil. Tais disposições diferem dos princípios fundamentais de contabilidade, no tocante à não apresentação das demonstrações contábeis em moeda de capacidade aquisitiva constante na data do balanço.

Haja vista que o ciclo operacional do BNDES tem duração maior que o exercício social, o ativo e o passivo, circulante e de longo prazo, são apresentados em conjunto. Entretanto, as Notas 5 e 7 apresentam a composição dos créditos a receber por empréstimos, financiamentos e repasses e das obrigações por empréstimos e repasses, respectivamente, por ano de vencimento.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as do BNDES e as de suas subsidiárias integrais (BNDESPAR e FINAME), também auditadas pela Trevisan, indicadas na Nota 6. Com a finalidade de possibilitar a comparabilidade, está sendo apresentado o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 1994.

Em decorrência da alteração da unidade monetária, a partir de 1º de julho de 1994, e nos termos do Documento 104, de 20 de dezembro de 1995, do Banco Central, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos (BNDES e Consolidado) referem-se ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 1995 e, conseqüentemente, não estão sendo apresentadas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 1994.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas, as transações entre as empresas e os investimentos da controladora contra o patrimônio líquido das controladas (BNDESPAR e FINAME), não havendo resultados não realizados de transações intersociedades.

3.2. Regime de Apuração do Resultado

O BNDES utiliza o regime de competência para registro de suas operações.

3.3. Correção Monetária

Os efeitos inflacionários sobre o ativo permanente, o patrimônio líquido e os contratos de mútuo são baseados na variação da Unidade Fiscal de Referência (Ufir).

3.4. Ativos/Passivos Circulantes e a Longo Prazo

a) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

- Fundo BB Extramercado - Resolução 2.108/94

A partir de setembro de 1994 as disponibilidades do BNDES, ou por ele administradas, passaram a ser aplicadas no Fundo BB Extramercado, consoante a Resolução 2.108, de 12 de setembro de 1994, do CMN. Em 31 de dezembro de 1995, o total de cotas, tituladas pelo BNDES, se expressava na quantidade de 243.248.309,47 cotas, no valor unitário de R\$ 1,717028.

b) Aplicação no Mercado Aberto

Registrados ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado.

c) Títulos e Valores Mobiliários

- Programa Nacional de Desestatização

Refere-se ao montante dos títulos recebidos nas alienações de ações efetuadas no âmbito do PND.

- Notas do Tesouro Nacional - Privatização

Títulos trocados por moedas recebidas nas alienações de ações realizadas no âmbito do PND. Nos termos do Decreto 870, de 13 de setembro de 1993, os referidos títulos têm prazo mínimo de 15 anos, atualização monetária pela Taxa Referencial (TR) e juros de 6% ao ano, pagáveis no vencimento, juntamente com o valor do principal atualizado.

d) Créditos e Obrigações por Empréstimos, Financiamentos e Repasses

Esses ativos e passivos incorporam os respectivos encargos financeiros acumulados, assim como as correções monetárias e as variações cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

Relativamente aos critérios de atualização monetária do saldo devedor dos contratos indexados ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), existem interpretações divergentes quanto à correta aplicação do disposto na Lei 9.069/95. Embora o BNDES reconheça a consistência jurídica de sua posição, a matéria foi objeto de negociação com vistas à solução de consenso, e 95% dos mutuários já se comprometeram na assinatura de contratos aditivos com base nas propostas apresentadas pelo BNDES.

- Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)

Pela Medida Provisória 684, de 31 de outubro de 1994, reeditada sucessivamente, foi instituída, com vigência a partir de 1º de dezembro de 1994, a TJLP, aplicável às operações de crédito contratadas com recursos do FAT, do PIS-Pasep e do FMM.

Relativamente às operações de crédito concedidas até 30 de novembro de 1994, com as aludidas fontes de recursos, a TR foi substituída, a partir de 1º de dezembro de 1994, pela TJLP, ajustada por fator de redução fixado em 6% ao ano pelo CMN.

e) Provisão para Perdas

Quando aplicáveis, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

f) Provisões para Operações de Crédito em Atraso e de Liquidação Duvidosa

O BNDES considerou para determinação do montante dessas provisões os seguintes aspectos: a análise das operações de crédito em aberto; os riscos específicos e globais apresentados em cada carteira; as operações

vencidas em fase final de renegociação; a sua experiência; e a atual conjuntura econômica.

Assim sendo, a administração entende que o valor consignado no balanço é suficiente para cobrir as perdas esperadas na realização dos créditos por empréstimos e financiamentos.

3.5. Carteira de Câmbio

De acordo com a Circular 2.106, de 20 de dezembro de 1991, do Banco Central do Brasil, os compromissos por compra e venda de câmbio passaram a ser contabilizados em contas patrimoniais.

Os câmbios comprado e vendido a liquidar são demonstrados pelo seu valor histórico, e a atualização cambial dos contratos de compra e venda a liquidar (câmbio futuro) é registrada nas contas respectivas.

3.6. Ativo Permanente

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, combinado com os seguintes aspectos:

a) Investimentos

Avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas (BNDESPAR e FINAME) e coligada, pelo método de equivalência patrimonial, ajustando-os na proporção da participação do BNDES no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas (Nota 6).

b) Outros Investimentos

Quando aplicável, os investimentos avaliados ao custo corrigido estão reduzidos de provisão para perdas.

c) Imobilizado

Depreciado pelo método linear, a taxas baseadas na vida útil-econômica dos bens (imóveis de uso - 4%; veículos e sistema de processamento de dados - 20%; outros bens - 10%).

4. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

4.1. Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa

Segue resumo dos eventos relativos à provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa:

R\$ Mil

	BNDES		CONSOLIDADO	
	1995	1994 (Reclassificado)	1995	1994 (Reclassificado)
Saldos em 31 de Dezembro de 1994	109.600	9.904	148.633	10.940
(-) Recuperação	(35.274)	(3.501)	(39.911)	(3.506)
(+) Transferência	557.212	103.197	570.924	141.199
Saldos em 31 de dezembro de 1995	631.538	109.600	679.646	148.633
Classificação dos Inadimplentes				
. Setor Público	27.020	6.537	35.156	11.838
. Setor Privado	604.518	103.063	644.490	136.795
	631.538	109.600	679.646	148.633

4.2. Operações de Crédito em Atraso

Segue resumo dos eventos relativos à provisão para operações de crédito em atraso:

R\$ Mil

	BNDES	CONSOLIDADO
	1995	1995
Saldos em 31 de Dezembro de 1994		
(-) Recuperação		
(+) Transferência	5.888	6.298
Saldos em 31 de Dezembro de 1995	5.888	6.298
Classificação dos Inadimplentes		
. Setor Público	3.267	3.267
. Setor Privado	2.621	3.031
	5.888	6.298

5. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E REPASSES

Os empréstimos e financiamentos a receber, por ano de vencimento, estão demonstrados a seguir:

R\$ Mil

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	
	BNDES	Consolidado (Reclassificado)
Vencido	534.128	866.189
A Vencer:		
1995	2.518.877	3.891.491
1996	2.978.573	3.916.923
1997	2.699.069	1.708.461
1998	2.524.214	2.454.962
Após 1998	10.514.832	7.815.962
	21.769.693	20.653.988
. Setor Público	14.474.669	9.474.331
. Setor Privado	7.295.024	11.179.657
	21.769.693	20.653.988

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995	
	BNDES	Consolidado
Vencido	820.545	1.357.197
A Vencer:		
1996	3.030.656	5.366.738
1997	2.862.075	4.814.277
1998	3.613.878	3.872.797
Após 1998	17.783.262	11.119.484
	28.110.416	26.530.493
. Setor Público	19.362.455	12.324.229
. Setor Privado	8.747.961	14.206.264
	28.110.416	26.530.493

6. INVESTIMENTOS

R\$ Mil

	BNDES		CONSOLIDADO	
	(Em 31 de Dezembro)		(Em 31 de Dezembro)	
	1995	1994 (Reclassificado)	1995	1994 (Reclassificado)
Em Controladas	11.406.938	9.104.852		
. Valor Patrimonial	11.406.938	8.037.069		
. Para Futuro Aumento de Capital		1.067.783		
Em Coligadas	211.586	171.352	12.004.355	9.394.722
. Valor Patrimonial	73.640	58.708	1.854.927	1.387.901
. Custo Corrigido	137.946	112.644	10.149.428	8.006.821
Outras Participações Societárias	80.098	65.418	805.400	582.788
Outros Investimentos	77.899	58.401	78.897	60.286
Total dos Investimentos	11.776.521	9.400.023	12.888.652	10.037.796

6.1 Empresas Controladas e Coligada

As principais informações dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, para 31 de dezembro de 1995 e de 1994, estão demonstradas abaixo (em milhares de reais), respectivamente:

EMPRESAS INVESTIDAS	DATA-BASE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO
<hr/>			
Controladas (Subsidiárias Integrais)			
. Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	31.12.95	609.160	130.675
. BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	31.12.95	10.797.778	117.027
Coligada			
. Indústrias Verolme-Ishibras S.A. ^a	31.12.94	567.334	12.280

^a Percentagem de participação = 12,98%.

QUANTIDADES MIL DE AÇÕES	RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL COM REFLEXO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO b) Reserva de Reavaliação c) Lucros Acumulados	VALOR CONTÁBIL DO INVESTIMENTO EM 31.12.95	VALOR CONTÁBIL DO INVESTIMENTO EM 31.12.94
589.580	130.675		609.160	384.918
208.703	117.027	b) 255 c) (59.885)	10.797.778	8.719.934
	247.702	(59.630)	11.406.938	9.104.852
2.449.568	1.745		73.640	

As ações representativas das participações societárias do BNDES em coligadas e em outras empresas encontram-se, em 31 de dezembro de 1995, depositadas no FND, nos termos da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, e alterações posteriores.

7. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Os empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

R\$ Mil

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994					
	BNDES			Consolidado (Reclassificado)		
	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total
A Vencer:						
1995	89.606	230.114	319.720	89.606	230.114	319.720
1996	82.958	165.857	248.815	82.958	165.857	248.815
1997	58.284	137.741	196.025	58.284	137.741	196.025
1998	49.977	251.327	301.304	49.977	251.327	301.304
Após 1998:						
PIS/Pasep	9.808.256		9.808.256	9.808.256		9.808.256
FAT	11.042.953		11.042.953	11.042.953		11.042.953
Outros	473.066	484.391	957.457	486.581	484.391	970.972
	21.605.100	1.269.430	22.874.530	21.618.615	1.269.430	22.888.045

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 1995					
	BNDES			Consolidado		
	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total
A vencer:						
1996	108.874	191.360	300.234	108.874	191.360	300.234
1997	76.888	179.774	256.662	76.888	179.774	256.662
1998	65.901	310.022	375.923	65.901	310.022	375.923
1999	10.108	147.125	157.233	10.108	147.125	157.233
Após 1999:						
PIS/Pasep	11.779.269		11.779.269	11.779.269		11.779.269
FAT	14.506.447		14.506.447	14.506.447		14.506.447
Outros	353.659	526.667	880.326	355.633	526.667	882.300
	26.901.146	1.354.948	28.256.094	26.903.120	1.354.948	28.258.068

As obrigações a pagar estão sujeitas à atualização monetária ou variação cambial e juros que variam de 2% a 11,6% a.a. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2013 (STN - Brazil Investment Bonds - BIB). Certas obrigações são garantidas pelo governo federal.

8. OUTRAS RESPONSABILIDADES

O Banco está comprometido a liberar recursos financeiros na modalidade de financiamentos aos empreendimentos contratados diretamente ou através de agentes financeiros.

O Banco concede garantias em nome próprio ou como agente do Tesouro Nacional a empresas nacionais, inclusive àquelas investidas, em conexão com operações de crédito contratadas com instituições financeiras ou fornecedores estrangeiros. Tais garantias são amparadas por contragarantias reais e/ou pessoais.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A partir de janeiro de 1995, o Banco adotou o regime de cálculo do imposto de renda e da contribuição social na modalidade de lucro real anual, com pagamentos mensais sobre uma base estimada, como é facultado pelos artigos 27 a 35 da Lei 8.981/95, complementada pela Lei 9.065/95. Em 31 de dezembro de 1994, os referidos tributos eram calculados em base real mensal, de acordo com a Lei 8.541/92.

O Banco constituiu as seguintes provisões:

R\$ Mil	1995	
	Exercício	Semestre
. Imposto de Renda		
. Imposto de Renda Diferido sobre o Lucro Inflacionário	127.625	14.184
. Contribuição Social	128.779	16.999
. Reversão de Provisão para Imposto de Renda Diferido	(313.630)	(313.630)
	(57.226)	(282.447)

Em 31 de dezembro de 1995, os recolhimentos atualizados das antecipações mensais de imposto de renda e contribuição social chegaram a R\$ 45.468 mil e R\$ 52.306 mil, respectivamente. A diferença de contribuição social entre os valores provisionado e antecipado será recolhida até 31 de março de 1996. O valor do imposto de renda recolhido será compensado no exercício subsequente, nos termos da legislação em vigor.

O imposto de renda diferido sobre o lucro inflacionário, apurado até o ano-calendário de 1995, vem sendo realizado, no mínimo, à taxa de 5% e 10% ao ano, respectivamente, em 1994 e 1995.

O benefício fiscal do imposto de renda sobre o saldo devedor da correção monetária complementar IPC/BTNF de 1990 (Lei 8.200/91, Decreto 332/91) está sendo reconhecido em conformidade com a Lei 8.682/93.

Com a redução da alíquota global do imposto de renda (de 43% para 25%) - artigo 3º da Lei 9.249/95 -, foi contabilizada, em 31 de dezembro de 1995, uma reversão da provisão para imposto de renda diferido de R\$ 313.630 mil.

Para fins de melhor demonstrar o resultado operacional e, conseqüentemente, o desempenho da companhia, a administração deliberou por divulgar o efeito da reversão da provisão para imposto de renda diferido nesta forma de apresentação.

Com a imprescritibilidade do prejuízo fiscal (artigo 15 da Lei 9.065/95), foi constituída provisão para imposto de renda diferido ativo de R\$ 48.759 (25% sobre prejuízo fiscal de R\$ 195.036 mil), a qual está sendo apresentada dedutivamente de rubrica própria, no passivo.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito está representado por 6.231.711.534 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União.

Por decreto do presidente da República, de 17 de janeiro de 1995, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 432.407 mil para R\$ 767.936 mil pela incorporação de reservas de capital no valor de R\$ 222.283 mil e de lucros acumulados no montante de R\$ 113.246 mil, sendo todos os referidos montantes valorizados contabilmente em 28 de fevereiro de 1994, com a emissão de 2.722.776.034 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 16 de março de 1995, foi aprovada a incorporação da reserva de correção monetária ao capital realizado, elevando-o para R\$ 6.089.647 mil sem a emissão de novas ações.

A correspondente alteração no Estatuto Social do Banco foi aprovada por decreto de 11 de julho de 1995.

A destinação do resultado do exercício será objeto de posterior proposta e deliberação pelos órgãos colegiados do Banco.

11. RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO

Nos termos do item e, parágrafo 1º, artigo 4º do Decreto 332, de 4 de novembro de 1991, o BNDES passou a classificar a atualização monetária dos contratos financeiros de mútuo, correspondente à variação do valor da Ufir, na conta representativa da correção monetária de balanço, cuja composição se apresenta abaixo:

R\$ Mil

	1995	
	Exercício	Semestre
Ativo Permanente	2.143.934	1.023.026
Patrimônio Líquido	(2.482.058)	(1.179.652)
Contratos de Mútuo	1.686.312	792.933
Outros Ativos	5.193	2.347
	1.353.381	(638.654)

A diferença entre as variações do valor do indexador aplicável aos contratos e as da Ufir, se positiva ou negativa, é registrada como variação monetária na conta própria de receita ou despesa operacional. Os juros contratuais são classificados como receita da espécie.

A partir de 1º de setembro de 1994, a correção monetária de balanço passou a obedecer o disposto no artigo 47 da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real.

12. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES (FAPES)

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para os funcionários de seus patrocinadores: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefício definido e regime atuarial de capitalização para financiamento dos benefícios.

Os patrocinadores devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme o estabelecido no Estatuto da Fundação.

A FAPES apresentou insuficiência técnica no período compreendido entre dezembro de 1986 e novembro de 1993.

As razões básicas do surgimento da insuficiência foram a queda da rentabilidade patrimonial, em consequência de algumas aplicações compulsórias, e a redução do teto do salário de benefício, por parte da previdência oficial, o que elevou a complementação previdenciária por parte da Fundação.

Em novembro de 1995, o balancete acusava um déficit de R\$ 106.069 mil, equivalente a 14,6% do total dos ativos da FAPES. A reserva matemática, cuja reavaliação atuarial havia sido procedida por atuário independente, baseava-se em dados de setembro de 1994.

A taxa de contribuição dos patrocinadores é de 22,502% sobre a folha de salário-de-participação. A relação entre a contribuição dos patrocinadores e dos participantes foi de 1,93:1,00 no exercício de 1995.

As contribuições dos patrocinadores relativas ao exercício de 1995 atingiram os seguintes valores:

R\$ Mil	
BNDES	15.061
BNDESPAR	4.546
FINAME	1.570
	21.177

13. MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO FISCAL

Em 26 de dezembro de 1995 foi sancionada a Lei 9.249, alterando, a partir de 1º de janeiro de 1996, a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme sumariado a seguir:

- foi descontinuado o processo de correção monetária das demonstrações contábeis;
- a alíquota do imposto de renda foi reduzida para 15%, com taxa adicional de 10% para o lucro real que exceder a R\$ 240 mil; e
- a alíquota da contribuição social foi reduzida para 18%.

LUIZ CARLOS MENDONÇA DE BARROS
Presidente

JOSÉ PIO BORGES DE CASTRO FILHO
Vice-Presidente

ELENA LANDAU
Diretora

FERNANDO PERRONE
Diretor

JOSÉ MAURO CARNEIRO DA CUNHA
Diretor

SERGIO BESSERMAN VIANNA
Diretor

ISAC ROFFÉ ZAGURY
Superintendente da Área Financeira
e Internacional

LUIZ FERNANDO JULIO
Chefe do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC-RJ 15.075-5

QUADRO 5

BNDESPAR: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

ATIVO	1995	1994 (Reclassificado)
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.723.405	1.464.038
Disponibilidades	4.667	39.029
Depósitos Bancários	4.615	16.849
Fundo BB Extramercado (Resolução 2.108/94)	52	22.180
Títulos e Valores Mobiliários	908.077	801.934
Debêntures	673.501	185.956
Programa Nacional de Desestatização	230.304	184.486
Participação no Concap		152.335
Participação no Contec		14.362
Ações Vinculadas à Recompra		2.852
Negociação no Mercado de Opções		260.680
Notas do Tesouro Nacional (Privatização)	1.299	4
Outros	2.973	1.259
Operações de Crédito	760.364	609.306
Empréstimos e Financiamentos	763.426	612.368
Empréstimos Diretos	65.365	18.841
Empréstimos para Venda de Ações	698.061	593.527
Provisão para Risco de Crédito	(3.062)	(3.062)
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	39.668	33.368
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(39.668)	(33.368)
Outros Créditos	50.297	13.769
Venda de Investimentos	7.323	
Impostos e Contribuições (Antecipações)	13.570	
Impostos e Contribuições a Recuperar	8.739	2.937
Despesas Antecipadas por Venda de Ações		68
Diversos	20.665	10.764
PERMANENTE	12.519.070	9.742.625
Investimentos	12.519.070	9.742.625
Participações em Coligadas	11.792.769	9.223.368
Outras Participações	725.302	517.372
Outros Investimentos	999	1.885
TOTAL DO ATIVO	14.242.475	11.206.663

(continua)

PASSIVO	1995	1994 (Reclassificado)
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.444.697	2.486.729
Obrigações por Empréstimos	3.384.238	2.442.041
Empréstimos com o BNDES	3.384.238	2.442.041
Outras Obrigações	60.459	44.688
Negociações no Mercado de Opções	3.722	
Provisão para Contingências Trabalhistas	39.799	37.973
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	6.248	
Outros Impostos e Contribuições	1.789	1.439
Diversas	8.901	5.276
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.797.778	8.719.934
Capital	2.467.793	97.936
Correção Monetária do Capital	554.314	886.566
Reserva de Capital	4.767.759	4.307.237
Reserva de Reavaliação	132.029	160.557
Reserva de Lucros	1.148.221	1.031.922
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital		1.067.783
Lucros Acumulados	1.727.662	1.167.933
TOTAL DO PASSIVO	14.242.475	11.206.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 6

BNDESPAR: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE
E DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

	Semestre	Exercício
RECEITAS OPERACIONAIS	157.472	379.155
De Participações Societárias	82.397	233.898
Resultado de Equivalência Patrimonial	57.775	59.411
Dividendos Recebidos	1.909	69.397
Resultado com Alienações	21.546	79.911
Prêmios por Opções não Exercidas		48.472
Resultado do Concap	(160)	(28.571)
Resultado do Contec	1.327	5.278
De Operações Financeiras	75.075	145.257
Juros	20.634	49.544
Títulos e Valores Mobiliários	34.677	66.283
Comissões e Prêmios	4.261	8.697
Remuneração das Disponibilidades	15.503	20.733
DESPESAS OPERACIONAIS	(242.976)	(359.564)
De Participações Societárias	(122.302)	(140.734)
Provisão para Perdas	(122.302)	(140.734)
De Operações Financeiras	(89.998)	(163.010)
Encargos Financeiros Referentes a Obrigações perante o BNDES	(83.769)	(156.710)
Provisão para Risco de Crédito	(6.229)	(6.300)
Administrativas e Gerais	(30.676)	(55.820)
Provisão para Contingências Trabalhistas	2.288	(2.021)
Remuneração da Diretoria e Conselheiros	(160)	(221)
Pessoal	(20.923)	(36.620)
Despesas com Tributos	(11.774)	(16.678)
Diversas	(107)	(280)
RESULTADO OPERACIONAL		
ANTES DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS	(85.504)	19.591
EFEITOS INFLACIONÁRIOS	41.232	103.861
Variações Monetárias Ativas	182.391	391.957
Variações Monetárias Passivas	(221)	(331)
Correção Monetária de Tributos		(15)
Correção Monetária do Balanço	(140.938)	(287.750)
RESULTADO OPERACIONAL	(44.272)	123.452
RESULTADO NÃO-OPERACIONAL	(70)	(177)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(44.342)	123.275
Imposto de Renda	24.733	
Contribuição Social	4.384	(6.248)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(15.225)	117.027

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 7FINAME: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

ATIVO	1995	1994 (Reclassificado)
Circulante e Realizável a Longo Prazo	9.896.433	7.397.376
Disponibilidades	16.055	9.157
Depósitos Bancários	16.055	9.157
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	73.315	80.414
Fundo BB Extramercado (Resolução 2.108/94)	73.315	80.414
Operações de Crédito	9.770.135	7.302.566
Empréstimos e Financiamentos	9.805.191	7.339.262
Provisão para Risco de Crédito	(36.696)	(36.696)
Operações de Crédito em Atraso	2.050	
Provisão para Operações de Crédito em Atraso	(410)	
Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	9.543	6.767
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.543)	(6.767)
Outros Créditos	36.928	5.239
Impostos e Contribuições (Antecipações)	27.620	
Impostos e Contribuições a Recuperar	1.776	4.723
Diversos	7.532	516
Total do Ativo	9.896.433	7.397.376
PASSIVO	1995	1994 (Reclassificado)
Circulante e Exigível a Longo Prazo	9.287.273	7.012.458
Obrigações por Empréstimos	8.764.303	6.638.809
Empréstimos com o BNDES	8.764.303	6.638.809
Outras Obrigações	522.970	373.649
Provisão para Contingências Trabalhistas	11.542	11.316
Provisão para Contingências Fiscais	411.212	311.841
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	91.854	40.671
Outros Impostos e Contribuições	496	912
Diversas	7.866	8.909
Patrimônio Líquido	609.160	384.918
Capital	730.360	72.654
Correção Monetária do Capital Realizado	164.053	657.706
Reservas de Capital	7.107	
Prejuízos Acumulados	(292.360)	(345.442)
Total do Passivo	9.896.433	7.397.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO 8FINAME: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em R\$ Milhares)

	Semestre	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira	1.236.929	2.502.176
Operações de Crédito - Financiamentos e Repasses - Moeda Nacional e Estrangeira	1.235.088	2.499.357
Rendas de Operações Vinculadas ao Tesouro Nacional	1.841	2.819
Despesas da Intermediação Financeira	(278.807)	(513.885)
Captação no Mercado - Financiamentos e Repasses - Moeda Nacional e Estrangeira	(276.378)	(510.699)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.429)	(3.186)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	958.122	1.988.291
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(13.088)	(25.049)
Remuneração das Disponibilidades	20.037	45.263
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.000	(226)
Despesas Tributárias	(7.110)	(13.899)
Pessoal	(8.161)	(14.029)
Correção Monetária de Tributos	(18.465)	(41.466)
Outras Despesas Administrativas	(389)	(693)
Outras Receitas		1
Resultado Operacional	945.034	1.963.242
Resultado Não-Operacional	(21.369)	(46.964)
Resultado de Correção Monetária de Balanço	(806.717)	(1.693.749)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	116.948	222.529
Imposto de Renda	(48.667)	(55.766)
Contribuição Social	(20.231)	(36.088)
Lucro Líquido do Período	48.050	130.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BNDES - Banco Nacional
de Desenvolvimento Econômico e Social**

Av. República do Chile, 100
Caixa Postal 1910
CEP 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (21)34110/21857
Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-2615

**FINAME - Agência Especial
de Financiamento Industrial**

Av. República do Chile, 100 - 17º andar
Caixa Postal 1439
CEP 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (21)34110/21857
Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-7909

BNDESPAR

BNDES Participações S.A.

Av. República do Chile, 100 - 20º andar
Caixa Postal 469
CEP 20001-970 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (21)34110/21857
Tel.: (021) 277-7447
Fax: (021) 220-5874

ESCRITÓRIOS

Brasília

Setor Bancário Sul - Quadra 1
Bloco E - Ed. BNDES - 13º andar
CEP 70076-900 - Brasília - DF
Telex: (61) 1190
Tel.: (061) 225-4350
Fax: (061) 225-5179

São Paulo

Av. Paulista, 460 - 13º andar
CEP 01310-000 - São Paulo - SP
Telex: (11) 35568
Tel.: (011) 251-5055
Fax: (011) 251-5917

Recife

Rua Antonio Lumack do Monte, 96 - 6º andar
Boa Viagem
CEP 51020-350 - Recife - PE
Tel.: (081) 465-7222
Fax: (081) 465-7861

BBS/BNDES

Consulta: (021) 277-6868
Suporte: (021) 277-7637

Internet

<http://www.bndes.gov.br>

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Projeto Gráfico
Caio Domingues & Associados Publicidade Ltda.

Hipertexto
Angela Mazzi

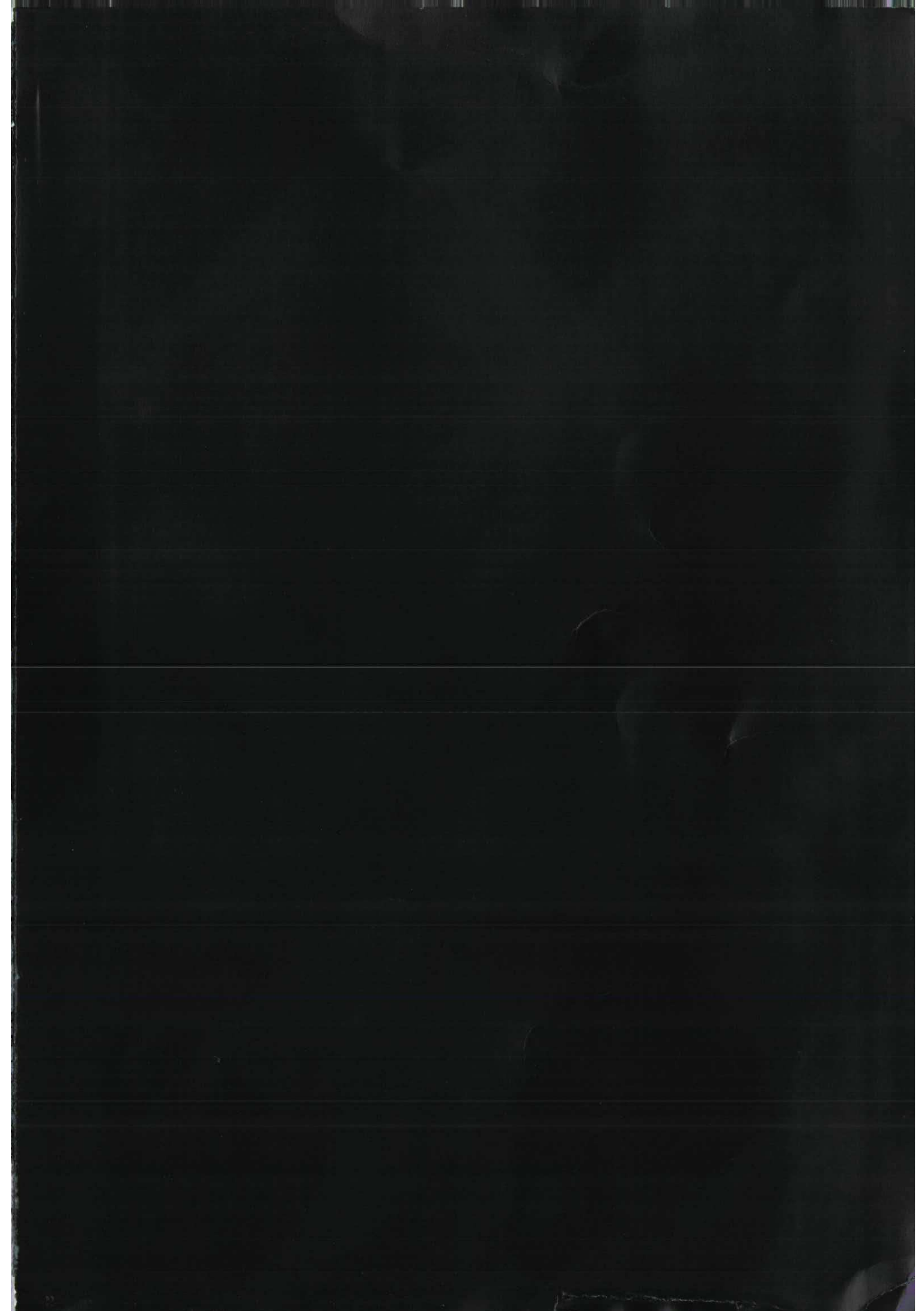
Revisão
Nilson Souto Maior

Fotolitos
Editora Gráficos Burti Ltda.

Impressão
Ultra-Set Editora Ltda.

Rio de Janeiro - 1996

Todas as ilustrações deste Relatório fizeram parte da exposição
Os Naturalistas - Ciência, Paixão e Arte, apresentada na galeria do Espaço BNDES
em novembro de 1995, produzida pela Imago Escritório de Arte.





O Brasil é da nossa conta